

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 17

BNL DATA
ANFIP

Debatedores divergem sobre 'fantasy games' no marco dos jogos eletrônicos (Apostas)3

GAZETA BRASIL
ANFIP

Marco Legal dos Games é adiado por impasse sobre fantasy games (Política) 6

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Alckmin sanciona lei que retoma voto de desempate do Carf, mas veta 14 itens7

PORTAL UOL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senado arma bombas fiscais que dificultam meta de déficit zero em 2024 9

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Honorários triplicam e opõem procuradores e auditores fiscais11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Economistas preveem queda de 4% na arrecadação13

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo enfrenta pressão para mudar MP 15

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Corte é necessário para o governo cumprir meta fiscal (Editorial) 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Queda de 0,3% em julho é movimento normal, aponta Monitor do PIB17

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Analistas veem cenário menos favorável para cortes18

JORNAL DO BRASIL ONLINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: em audiência no Senado, Fazenda volta a criticar desoneração da cesta básica 22

PORTAL UOL
REFORMA TRIBUTÁRIA

A classe fiscal é protagonista da Reforma Tributária 23

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mesmo com ministérios, só um quinto dos parlamentares de PP e Republicanos se compromete a apoiar pautas caras a Lula 25

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lula e Biden fazem parceria por direitos trabalhistas 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Retrocesso para os homoafetivos (Editorial) 29

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Avanço a PEC da exploração da fé (Editorial) 30

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A queda dos investimentos públicos nos municípios (Artigo) 31

O GLOBO - RJ - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Em vídeo, crianças ianomâmis são amarradas por garimpeiros 33

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Sem surpresas, Copom reduz Selic para 12,75% 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

BC corta Selic e alerta para meta fiscal 36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"A mudança da meta fiscal é um cenário possível" 37

Debatedores divergem sobre 'fantasy games' no marco dos jogos eletrônicos (Apostas)

Por: Magno José

A inclusão dos chamados fantasy games no marco legal para a indústria de jogos eletrônicos dividiu a opinião de debatedores que participaram nesta quarta-feira (20) de uma sessão de debates temáticos no Senado sobre o projeto de lei (PL) 2.796/2021. Diante da divergência entre os especialistas, senadores defenderam o adiamento da votação da matéria, que tramita em regime de urgência e está pronta para deliberação no Plenário da Casa.

O projeto define os fantasy games como disputas em ambiente virtual a partir do desempenho de atletas reais. Os participantes dessa modalidade "escalam" equipes imaginárias, formadas por personagens que simulam o desempenho estatístico dos atletas reais de um esporte profissional, como futebol, vôlei ou basquete.

O texto da Câmara dos Deputados inclui os jogos eletrônicos nas mesmas regras de tributação dos equipamentos de informática. Com isso, investimentos em desenvolvimento ou produção de jogos passam a ser considerados como aplicação em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI). A Lei de Informática (Lei 8.248, de 1991) concede crédito financeiro sobre os gastos em PDI para dedução de **tributos** federais.

Durante a sessão de debates temáticos, uma parte dos debatedores defendeu a inclusão dos fantasy games no PL 2.796/2021. Para o outro segmento de especialistas, a medida poderia abrir uma brecha no projeto de lei para uma tributação mais branda dos jogos de azar.

"Jabuti"

Para Vilson Antonio Romero, presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip)**, o PL 2.796/2021 deveria ser desmembrado. Ele sugere que os dispositivos que tratam de fantasy games sejam analisados em uma proposição autônoma, submetida a análise das comissões do Senado.

- Desde o nascedouro, tudo ocorreu de afogadilho na Câmara dos Deputados. Uma emenda de Plenário que contempla os fantasy games havia sido rejeitada pelo

relator. Julgo que é um 'jabuti' no marco legal dos jogos eletrônicos. Os fantasy games que são vinculados a um jogo real, [...] à escalação de jogador de futebol, têm que ser totalmente desvinculados. Têm que ser tratados à semelhança da regulamentação da tributação das bets [apostas]. Temos que aproximá-los mais dos jogos de aposta fixa do que dos jogos eletrônicos - justificou.

A professora da Universidade Federal da Bahia Lynn Gama Alves, especialista na relação entre jogos e educação, reforça a crítica. Ela aponta uma série de "fragilidades" no projeto de lei. Entre elas, a inclusão dos fantasy games na matéria.

- Houve uma junção inadequada de duas categorias distintas: videogames e esportes de fantasia. Os esportes de fantasia limitam-se a um tipo de jogo que envolve apostas, recompensas, competições e premiações financeiras, considerando o desempenho de atletas em eventos esportivos. Essa caracterização pode indicar abertura de brechas para que as plataformas de apostas se apropriem do que está sendo dito no marco, 'justificando' o uso de alguns tipos de jogos que podem viciar. Objetos distintos necessitam de marcos separados que deem conta de suas especificidades. Por que não existe um projeto de lei próprio? - questionou.

O presidente da Associação Brasileira de Direito e Economia, Oksandro Gonçalves, classifica o PL 2.796/2021 como "uma confusão generalizada".

- Não é propriamente um marco. O objeto não está claro, as definições não estão devidamente enquadradas, há uma confusão generalizada a respeito de diversos aspectos. Se ele pretende trazer segurança jurídica, é preciso que essas definições sejam precisas. É um apanhado de artigos soltos que precisa ser ordenado. Isso só é possível mediante grande discussão, e não por meio de requerimentos de urgência - ponderou.

"Estratégia e habilidade"

O presidente da Associação Brasileira de Fantasy Sports, Rafael Marcondes, contestou as críticas. Para ele, o PL 2.796/2021 está "maduro e apto a ser aprovado". Ele defende a manutenção dos fantasy games no texto como forma de alavancar os

investimentos do Brasil na área de tecnologia.

- O fantasy sport é um jogo de estratégia e habilidade. Não é aposta e não é jogo de azar. A natureza jurídica das duas atividades é a mesma: a tecnologia. Uma empresa de games, assim como a de fantasy, é composta majoritariamente por pessoas relacionadas à área de tecnologia. O DNA dessas duas atividades tratadas no marco legal é o mesmo: a tecnologia - defendeu.

O advogado Victor Targino de Araújo, consultou jurídico do Instituto de Direito Desportivo, concorda. Ele citou estudos acadêmicos e decisões judiciais de países como Índia e Estados Unidos para defender que os fantasy game não se confundem com os jogos de azar.

- Os fantasy games não se assemelham às apostas. São uma figura própria porque são absolutamente dependentes da habilidade do jogador. Isso é muito bem-vindo no projeto de lei. Os primeiros fantasy games começaram a ser populares nos Estados Unidos na década de 1930, ligados ao baseball. Eram jogos de cartas, eram jogos físicos. Só o meio que mudou, mas o jogo já existia. O jogo depende de habilidade para ganhar. Esse paralelo entre habilidade e sorte torna ambas as figuras inconfundíveis - afirmou.

O advogado Udo Seckelmann, mestre em Direito Desportivo Internacional pelo Instituto Superior de Direito e Economia de Madri (Espanha), salienta as diferenças entre os fantasy games e jogos de azar. Ele defende a aprovação do PL 2.796/2021 como forma de atrair investimentos estrangeiros.

- O jogo de azar envolve uma quantia a ser arriscada, um elemento de sorte ou acaso e um prêmio a ser pago em caso de acerto do prognóstico. No fantasy game não existe isso. Enquanto as apostas já possuem algum direcionamento legislativo, os operadores de fantasy não têm essa clareza legislativa e regulatória. Eles chegam para investir, mas desanimam. Grande parte desiste exatamente porque tem o receio de fazer altos investimentos no Brasil e, daqui a um mês, as autoridades públicas baterem na porta e impedirem a plena exploração da atividade por conta de uma confusão relativa às verticais (modalidades) do jogo - advertiu.

"Açodamento"

A sessão de debates temático foi sugerida pela senadora Leila Barros (PDT-DF). Ela criticou a "tramitação acelerada" da matéria na Câmara dos Deputados e na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

- Apesar da urgência requerida para a tramitação do PL 2.796/2021, não podemos permitir que a matéria seja encaminhada com açodamento. Algumas das principais entidades que atuam no setor de jogos eletrônicos têm demonstrado preocupação com o texto do projeto. Elas apontam contradições conceituais e itens que não foram abarcados pelo marco regulatório - ponderou.

O senador Flávio Arns (PSB-PR), presidente da Comissão de Educação e Cultura (CE), classificou como "um absurdo" a votação da matéria no Plenário do Senado sem a discussão em outros colegiados permanentes da Casa.

- A característica do Senado em todos os debates é a gente fazer com muito diálogo. Escutar todos os setores da sociedade, particularmente neste projeto de lei, que implica em muitos aspectos tributários, legais e educacionais. A gente precisa chegar a um denominador comum, que favoreça a sociedade brasileira em todos os aspectos. Para que haja esse diálogo, é necessário tempo. A intenção é votar amanhã. É um absurdo isso. A sociedade tem que insurgir contra isso. Vamos discutir. Não tem cabimento. O debate tem que ser feito - afirmou.

O senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), 1º vice-presidente do Senado, também defendeu mais diálogo para a construção de convergências.

- O avanço nesse debate depende de conseguirmos chegar a alguns consensos. Precisamos dialogar, debater a matéria ponto a ponto para entreguemos à sociedade o melhor resultado legislativo. Já temos um ponto de partida, que é o PL 2.796/2021. Sobre ele existem algumas controvérsias e desacordos naturais. Não há dúvida de que o tema é atual, relevante e possui grande impacto econômico e social - disse.

Para o senador Eduardo Girão (Novo- CE), é preciso ter "cautela" na análise do projeto.

- Quando existe pressa, existem controvérsias grandes. Acho que a gente deve primar pela cautela. É importante para o Brasil? É, vamos nos debruçar. Agora, fazer a toque de caixa? Tem que ser agora? O projeto de lei exclui 95% do setor de games do Brasil. Ou seja: excluiria 1.500 empresas brasileiras desenvolvedoras. Isso é verdade? É uma confusão: a gente precisa decantar e saber o que está por trás disso tudo - alertou.

Tecnologia

O senador Jorge Seif (PL-SC) defendeu a votação da matéria. Ele citou uma nota informativa da Consultoria

Legislativa do Senado segundo a qual os jogos de azar não estão incluídos na definição de jogos eletrônicos prevista no PL 2.796/2021.

- As máquinas caça-níqueis e outros jogos de chance semelhante não são considerados jogos eletrônicos. Neste momento, não tenho o que objetar. Pelo contrário: precisamos apoiar, legitimar, legalizar e dar oportunidade para o Brasil crescer nessa área tão importante, que é a tecnologia - afirmou.

O senador Carlos Portinho (PL-RJ) também apoia o projeto. O parlamentar afirmou que, em vez de se buscar divergências sobre a natureza dos jogos eletrônicos, o mais correto seria reconhecer o que todos eles têm em comum: o uso e o desenvolvimento da tecnologia.

- Vamos fomentar conflitos entre fantasy e videogames? Ora, tudo é tecnologia. Onde está a convergência? Jogos eletrônicos são fruto da evolução tecnológica, da ciência e da exploração de uma atividade privada. Jogos eletrônicos, seja de caráter educacional ou de competição, são tecnologia. E é lá no Ministério da Ciência e Tecnologia que estão os recursos, porque a natureza jurídica dessa atividade, em sua origem, decorre do desenvolvimento tecnológico - justificou.

Ministérios

A sessão de debates temáticos contou ainda com a presença de representantes dos ministérios da Fazenda e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Segundo Henrique de Oliveira, secretário de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital do MCTI, embora a pasta seja favorável a um marco legal para a indústria de jogos eletrônicos, o PL 2.796/2021 não cumpre essa finalidade.

- O projeto almeja ser um marco legal. No entanto, ele não deixa claro se o escopo é restrito aos consoles ou se abrange programas de computador, softwares e sistemas utilizados. Com isso, sob o ponto de vista de desoneração, o incentivo e o estímulo a pesquisa, desenvolvimento e produção ficariam extremamente limitados - afirmou.

Coordenadora geral de Apostas do Ministério da Fazenda, Simone Vicentini salientou o impacto orçamentário-financeiro do projeto de lei.

- Com essas isenções, a estimativa de perda de arrecadação é em torno de R\$ 800 milhões por ano. A **Receita Federal** é contrária sob esse aspecto. Sob o ponto de vista técnico, devido às controvérsias e pontos polêmicos, entendemos que também é necessária a concessão de mais tempo para debates

e aprofundamentos dos estudos - disse.

Tramitação

O PL 2.796/2021 foi apresentado pelo deputado Kim Kataguiri (União-SP) e aprovado pela Câmara em outubro de 2022. No Senado, a matéria foi distribuída apenas para a CAE. O colegiado aprovou o relatório do senador Irajá (PSD-TO) em junho deste ano e rejeitou as quatro emendas de Plenário propostas.

Em agosto, parlamentares apresentaram requerimentos para que também opinassem sobre o projeto de lei as comissões de Assuntos Sociais (CAS); Comunicação e Direito Digital (CCDD); Direitos Humanos (CDH); Educação (CE); e Esporte (CEsp). Os requerimentos não chegaram a ser analisados. (Agência Senado)

Site: <https://bnldata.com.br/debatedores-divergem-sobre-fantasy-games-no-marco-dos-jogos-eletronicos/>

Marco Legal dos Games é adiado por impasse sobre fantasy games (Política)

Gazeta Brasil

O Senado adiou a votação do Marco Legal dos Games, que estava prevista para ocorrer nesta semana, devido a divergências sobre a inclusão dos fantasy games no marco regulatório.

Os fantasy games são jogos virtuais que simulam eventos esportivos reais. Os jogadores montam times e pontuam de acordo com o desempenho dos atletas na vida real. Os melhores colocados ganham prêmios, como carros, celulares e dinheiro.

O texto aprovado na Câmara dos Deputados inclui os jogos eletrônicos nas mesmas regras de tributação dos equipamentos de informática. No entanto, uma ala da indústria dos jogos eletrônicos alega que a redação do texto abre margem para que os jogadores ganhem prêmios em dinheiro, o que seria considerado uma forma de apostas esportivas.

O presidente da Associação Brasileira de Fantasy Sports (ABFS), Rafael Marcondes, defende a manutenção dos fantasy games no texto como forma de alavancar os investimentos do Brasil na área de tecnologia. Ele afirma que os fantasy games são jogos de habilidade e não de azar.

O presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip)**, Vilson Antonio Romero, defende que o projeto de lei seja desmembrado. Ele sugere que os dispositivos que tratam de fantasy games sejam analisados em uma proposição autônoma, submetida à análise das comissões do Senado.

Site:

<https://gazetabrasil.com.br/politica/2023/09/21/marco-legal-dos-games-e-adiado-por-impasse-sobre-fantasy-games/>

Alckmin sanciona lei que retoma voto de desempate do Carf, mas veta 14 itens

Renato Machado

O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) sancionou nesta quinta-feira (21) o projeto de lei que muda regras de funcionamento do **Carf** (Conselho Administrativo de Recursos Fazendários), criando o chamado voto de qualidade, ou voto de desempate.

Alckmin, no entanto, vetou 14 dispositivos que foram incluídos durante a tramitação da proposta pela Câmara dos Deputados, sendo que alguns deles foram considerados "jabutis" - dispositivos que não tem relação com o objetivo principal do projeto de lei.

O vice-presidente estava no exercício da presidência da República por conta da viagem de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a Cuba e aos Estados Unidos, para participar da Assembleia-Geral da ONU (Organização das Nações Unidas)

Um dos pontos vetados pelo governo, e apontado como jabuti por técnicos, foi o dispositivo que determinava que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional deveria providenciar, de ofício, o imediato cancelamento da inscrição em dívida ativa de todo o montante de multa que exceda a 100%, independentemente de provocação do contribuinte.

Alckmin também vetou um artigo que determinava envio de litígio entre autoridades fiscais ou aduaneiras e órgãos reguladores para a Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal.

O governo argumenta, na justificativa do veto, que não a hipótese não representaria um conflito entre órgãos ou entidades de direito público que justificasse composição extrajudicial. Também pontuou que o trecho desconsidera as competências de cada órgão.

"Dessa forma, não há que se falar em mediação ou conciliação no âmbito do Processo Administrativo Fiscal por uma possível divergência de classificação de mercadorias entre a Secretaria Especial da **Receita Federal do Brasil** e um órgão regulador, tendo em vista que a administração tributária tem competência exclusiva para dispor sobre a matéria", afirma a justificativa do veto.

O governo, por outro lado, manteve outros pontos que haviam sido apontados como problemáticos pelos

técnicos. Um dos itens que foi mantido, por exemplo, prevê a permissão para que derrotados pelo voto de qualidade no **Carf** no período entre janeiro e 1º de junho deste ano possam pedir a anulação do julgamento.

Isso porque, nesse período, esteve em vigor uma medida provisória -- ato que entra em vigor no ato da publicação, antes mesmo da votação pelo parlamento -- que tratava justamente das questões relativas ao **Carf**. O governo depois enviou o conteúdo no formato de um projeto de lei.

A aprovação do projeto de lei do **Carf** configurou uma vitória do ministro da Fazenda, Fernando Haddad .

Integrantes da articulação política do Planalto acreditam que os vetos não vão criar mal-estar com o Congresso Nacional. Argumentam que o acordo que permitiu a aprovação não considerava eventuais emendas ou mudanças propostas pelos relatores, que viriam posteriormente.

Por isso, argumentam, o governo teria liberdade para decidir vetá-los.

O **Carf** é um organismo que atua como um tribunal (embora essa atuação seja no âmbito administrativo e não judicial) julgando disputas bilionárias entre União e empresas sobre o pagamento de **impostos**.

Os julgamentos do conselho são decididos após votos em igual número tanto da **Receita Federal** como dos contribuintes. Nos casos em que há empate, o presidente da câmara, que é representante da Receita, era o responsável por decidir o resultado até 2020.

Naquele ano, no entanto, o voto de desempate foi retirado do **Carf** pelo Congresso por meio de uma emenda inserida de última hora em uma MP (medida provisória), que acabou sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). Ou seja, nos casos de empate, o contribuinte era automaticamente declarado vencedor.

A lei sancionada pelo governo Lula retoma esse voto de desempate.

O governo federal projeta uma arrecadação de R\$ 54 bilhões com a redução de litígios no **Carf** já no

próximo ano. No entanto, a equipe econômica já alertava que as emendas incluídas no texto, durante a tramitação na Câmara dos Deputados, poderiam reduzir esse potencial.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/alckmin-sanciona-lei-que-retoma-voto-de-desempate-do-carf-mas-veta-14-itens.shtml>

Senado arma bombas fiscais que dificultam meta de déficit zero em 2024

Mariana Londres *Colunista do UOL* 21/09/2023 04h00

O Senado aprovou na semana passada uma proposta que vai na contramão do esforço do governo e do Congresso em busca do déficit zero das contas públicas. Em um movimento que estava fora do radar de todos, os senadores aprovaram por unanimidade uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 7/2018) que transfere 50 mil servidores dos ex-territórios (Rondônia, Roraima e Amapá) para a folha de pagamentos da União, criando uma despesa permanente estimada em R\$ 6,3 bi anuais.

O texto ainda precisa passar pela Câmara e pode ser alterado, mas a bomba fiscal está armada. E não é a única.

Também está no Senado uma emenda ao projeto de desoneração da folha de pagamentos que reduz de forma permanente as contribuições dos municípios ao **INSS**. A emenda é fruto de uma reivindicação dos municípios, que sofrem com a queda de arrecadação nos últimos três meses. Eles também defendem um aumento dos repasses que a União faz pelo FPM (Fundo de Participação dos Municípios), que está em uma PEC recém apresentada no Senado (PEC 40/2023).

Para evitar novas despesas permanentes, o ministério da Fazenda ofereceu uma solução para estados e municípios fecharem as contas em 2023. Na tramitação na Câmara, em acordo com os líderes, inseriu um socorro extra a estados e municípios no projeto de reposição das perdas com a desoneração dos combustíveis.

Além da antecipação dos repasses que seriam feitos em 2024, a equipe econômica se comprometeu a repor o FPM e o FPE (Fundo de Participação dos Estados), totalizando R\$ 13,9 bilhões em novos repasses aos entes federados em 2023. A estratégia dificulta a meta de déficit zero no curto prazo, mas se evitar a criação de gastos permanentes para o governo o saldo será positivo. O projeto agora está no Senado.

Com os avanços nos acordos políticos na Câmara, a Casa tem adotado uma postura mais conservadora do ponto de vista fiscal, tomando cuidado para não elevar gastos, ao mesmo tempo em que analisa vários

projetos enviados pelo governo para aumentar a arrecadação. Alguns deles sofrem resistência e não devem ser aprovados exatamente como foram enviados pelo ministério da Fazenda.

Isso amplia o desafio de se encontrar R\$ 168 bilhões em receitas para o déficit zero de 2024 em um cenário que já não é um "céu de brigadeiro". No final de julho, o Ministério do Planejamento revisou a estimativa para resultado das contas do governo de 2023 para um rombo de R\$ 145,4 bilhões, o que corresponde a 1,4% do **PIB**. Para o mercado (dados coletados pela Secretaria de Política Econômica), a projeção de déficit para 2023 está em R\$ 104 bilhões (dados de agosto).

O que é o déficit zero e porque é importante?

As contas do Brasil estão no vermelho há uma década, com exceção de 2022, que teve um superávit motivado por questões pontuais, não sustentável, portanto. Assim como ocorre com as famílias, se o país fica muito tempo no vermelho perde a capacidade de investir e corre o risco de quebrar e, conseqüentemente, não prestar mais os serviços públicos à população, pagar aposentadorias, etc. Para chegar ao resultado zero em 2024 e depois mirar em um superávit (contas no azul), o governo Lula enviou ao Congresso o novo marco fiscal e várias medidas para aumentar as receitas/arrecadação.

Conversei com um consultor da Câmara, especialista em Orçamento Público há trinta anos e ele me disse o seguinte: "O ano mais importante das finanças públicas do Brasil dos últimos anos é 2024. Se o país acelerar o endividamento ou mudar a meta pode sair do trilho que nem a Argentina".

Por que a opção do governo foi aumentar as receitas?

A Fazenda optou pelo caminho de aumento de receitas para arcar com os projetos de aumento de despesas permanentes aprovados pelo Congresso nos últimos anos, como, por exemplo, o aumento do Bolsa Família, do Fundeb (Fundo Nacional da Educação Básica) e o piso nacional da Enfermagem. Os projetos enviados pela equipe econômica buscam cobrar **impostos** de setores que não pagam ou têm isenções hoje consideradas não mais necessárias ou privilégios tributários.

Congresso aprova bombas fiscais há anos

Não é nessa legislatura que o Congresso aprova medidas que acabam não contribuindo com o equilíbrio fiscal. Em 2017, durante o governo de Michel **Temer**, deputados e senadores derrubaram o veto presidencial a um trecho da Lei Complementar 160 que convalidou incentivos dos governos estaduais a empresas.

Foi a derrubada deste veto que abriu a possibilidade das empresas deduzirem não só investimentos mas também gastos com custeio da base de cálculo de **tributos** federais, reduzindo em bilhões por ano a arrecadação da União. Essa é uma das medidas que o ministério da Fazenda tenta reverter para chegar ao déficit zero (MP 1185/2023 após decisão do STJ).

Outra decisão antiga do Congresso que deputados e senadores reverteram agora foi o voto de qualidade de **Carf** . Uma alteração aprovada em 2020 (Lei 13.988/20) retirou do governo a prerrogativa de dar o voto decisivo durante os julgamentos, o que também retirou bilhões dos cofres públicos.

Site: <http://economia.uol.com.br/colunas/mariana-londres/2023/09/21/congresso-arma-bombas-fiscais-na-contramao-do-deficit-zero.htm>

Honorários triplicam e opõem procuradores e auditores fiscais

Por Guilherme Pimenta e Beatriz Olivon - De Brasília

A diferença entre os adicionais recebidos por advogados públicos federais, o que inclui os procuradores da Fazenda Nacional, e auditores fiscais tem gerado mal-estar entre as carreiras. Os advogados conseguiram triplicar o valor que recebem de honorários de sucumbência - pagos pelo perdedor do processo, o contribuinte, à União. Alcançaram o patamar de R\$ 10 mil mensais - em 2017, estava entre R\$ 3 mil e R\$ 4 mil -, o que passou a incomodar os agentes da **Receita Federal**.

Com o adicional, os salários dos advogados públicos acabam ultrapassando os dos auditores fiscais, historicamente mais altos. Os agentes da **Receita Federal** querem, agora, além de regulamentar o chamado bônus de eficiência, o que já foi iniciado no meio do ano, tentar ampliar sua base ou vinculá-la a alguma receita. O valor hoje é de cerca de R\$ 3 mil.

A regulamentação foi um compromisso assumido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e pelo secretário da Receita, Robinson Barreirinhas. A ideia é estabelecer padrões para definir o percentual do bônus, com foco em programas de conformidade, além de ações de autorregularização - tornando a **Receita Federal** um órgão mais orientador, e menos punitivo.

No caso dos honorários de sucumbência, dependem diretamente dos valores que voltam aos cofres públicos nos processos e litígios em que a União participa. Boa parte dos honorários é, obrigatoriamente, destinada ao Conselho Curador dos Honorários Advocatícios (CCHA), vinculado à Advocacia-Geral da União (AGU). Neste ano, a AGU contabilizou R\$ 39,1 bilhões de receita pública arrecadada. Em honorários, R\$ 1,17 bilhão foi para o Conselho Curador e R\$ 450 milhões para a União.

Há uma diferença que facilita o pagamento dos honorários de sucumbência. Com a vitória da Fazenda, por exemplo, fica destacado no processo a verba a ser paga. Nas transações tributárias - os acordos com os contribuintes -, aparecem como encargos legais, que entram no valor da dívida e seguem os descontos das multas.

O bônus de eficiência, previsto em lei desde 2017, é

uma porcentagem sobre os valores destinados ao Fundaf, o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização. Por isso, a **Receita Federal** precisa solicitar os valores ao Orçamento. Ou seja, o pagamento depende de espaço fiscal - assim, o auditor corre o risco de não conseguir o valor para obter a renda variável.

"Há uma distorção clara entre o adicional recebido por meio das duas carreiras. Então, é natural que haja uma 'inveja'. Eles foram contemplados. Nós, não da mesma maneira", disse um auditor fiscal ao Valor.

Esse incômodo se deve muito à diferença de adicionais, mas também inclui outras rugas entre as duas carreiras responsáveis pela arrecadação federal, segundo uma das fontes da área econômica ouvida pelo Valor. Com o salto na recuperação de valores, graças à transação e ao aprimoramento de outros instrumentos de cobrança, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) ganhou maior protagonismo e articulação política.

Na tramitação do Projeto de Lei do **Carf** (nº 2384, de 2023), por exemplo, a transação tributária prevista para a **Receita Federal** foi derrubada, mas mantida a da PGFN. Há entre fontes ouvidas pelo Valor, inclusive auditores, a ideia de que se a **Receita Federal** liderasse a transação, poderia impulsionar os bônus.

Hoje, um auditor em início de carreira ganha cerca de R\$ 28 mil. Os advogados da União - que inclui procuradores da Fazenda Nacional e do Banco Central -, R\$ 23 mil. A diferença acaba sendo revertida com os honorários de sucumbência no patamar atual - de cerca de R\$ 10 mil mensais desde o começo do ano.

Os honorários aos procuradores são relativamente uma novidade. Dando sequência ao Código de Processo Civil de 2015, a Lei nº 13.327, de 2016, passou a determinar o pagamento de honorários advocatícios de sucumbência para os advogados públicos federais. O direito foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, que só determinou o respeito ao teto constitucional.

Em nota, a AGU destaca que o pagamento dos valores de honorários respeita o teto constitucional e sobre eles incide Imposto de Renda. Nos casos em que a soma dos honorários e dos vencimentos pagos

pela União ultrapassa o limite, o teto é aplicado sobre a parcela pública da remuneração - gerando economia aos cofres públicos, segundo a AGU.

O órgão lembra que uma parte dos honorários recebidos em decorrência da sua atuação judicial é destinada aos cofres públicos. Em 2022, por exemplo, R\$ 823 milhões arrecadados a título de honorários foram recolhidos ao Tesouro Nacional.

De acordo com a AGU, a sistemática de remuneração por desempenho é vantajosa para o erário. A receita arrecadada por meio da atuação dos advogados públicos para os cofres públicos teve um aumento de 48,36 % entre os anos de 2018 e 2022, passando de um total de R\$ 31,5 bilhões em 2018 para R\$ 46,8 bilhões em 2022.

Questionada sobre o incômodo entre as carreiras, a AGU não quis se manifestar. A **Receita Federal** também preferiu não comentar a questão.

Cibele Franzese, coordenadora do curso de administração pública da FGV EAESP, considera que advogados públicos federais e auditores fiscais estão no grupo das melhores carreiras remuneradas pelo Estado. Para a professora, o mais interessante, em termos de remuneração, seria o formato de "subsídio", uma parcela única remuneratória sem "penduricalhos" - adicionais como tempo de serviço, por exemplo. O bônus de produtividade e os honorários, diz, não deixam tanta clareza sobre como se dá a remuneração.

"No bônus de produtividade, precisaria haver conhecimento sobre as métricas de desempenho usadas", afirma. A professora exemplifica que seria necessário saber como se dá a gestão da carreira dos fiscais, como essa bonificação é atribuída e se são indicadores transparentes para a população acompanhar como esses valores são distribuídos. "Já vi casos em que a bonificação vai para o pensionista, que não está desempenhando nada, ou passa do teto constitucional."

O bônus e os honorários de sucumbência, acrescenta, não deveriam ser reconhecidos pelos servidores como salário. "Eles contam com aquele valor adicional", diz a professora. "Era melhor ter isso incorporado ao salário, já que é considerado salário."

Para a coordenadora, existem motivações não monetárias que podem funcionar melhor do que as financeiras, como o acompanhamento, feedback do trabalho, reconhecimento da carreira e outros tipos de retorno que muitas vezes os servidores não têm. "O estímulo financeiro tende a ser considerado pelo servidor como salário com o decorrer do tempo e é

difícil de tirar depois."

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Honorários triplicam e opõem procuradores e auditores fiscais

Site:

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2023/09/21/honorarios-triplicam-e-opoem-procuradores-e-audidores-fiscais.ghtml>

Economistas preveem queda de 4% na arrecadação

Estevão Taiar

A arrecadação federal perdeu força em agosto em um ritmo maior do que o esperado, de acordo com números levantados por economistas no Portal Siga Brasil, endereço do Senado Federal que reúne informações orçamentárias.

Os dados oficiais do mês passado serão divulgados pela **Receita Federal** nesta quinta-feira, 21.

Em prazos mais longos, a arrecadação é considerada pela própria equipe econômica do governo federal a variável mais importante para o cumprimento das metas estabelecidas pelo novo arcabouço.

Levantamento realizado no Siga Brasil por Tiago Sbardelotto, economista da XP Investimentos, mostra queda, sempre na comparação com agosto de 2022 e já descontada a **inflação**, de aproximadamente 4%. O número está "um pouco" pior do que a estimativa da XP.

"As receitas continuam perdendo força, mesmo com a entrada em vigor de algumas medidas" anunciadas pelo governo federal para fortalecer a arrecadação, diz o economista.

Entre essas medidas, estão a reoneração do PIS/Cofins sobre a gasolina e a exclusão do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo do PIS/Cofins.

As quedas mais intensas, em torno de 20%, são as do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de acordo com Sbardelotto. Além disso, Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) apresentam recuos consideráveis.

Em sentido oposto, os números levantados pela XP mostram que a arrecadação do PIS/Cofins está crescendo, mas justamente "por causa da volta do tributo sobre a gasolina".

Já "a decepção fica por conta" da exclusão do ICMS da base do PIS/Cofins. Segundo Sbardelotto, nos últimos três meses foram arrecadados aproximadamente R\$ 500 milhões mensais com a medida, enquanto o governo federal calculava ganhos

de R\$ 4,5 bilhões mensais.

Atualmente, a XP projeta que o governo federal terá déficit primário de R\$ 110,5 bilhões neste ano, o equivalente a aproximadamente 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**). No entanto, a tendência é que a projeção seja revisada para um déficit maior.

"A princípio, o resultado de agosto não deve mudar nossa projeção", diz. "Mas o baixo desempenho das medidas anunciadas até agora preocupa, então é provável uma revisão para cima." No levantamento feito no Siga Brasil pela Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento da política fiscal ligado ao Senado, a receita líquida caiu 6,4% em agosto. Com isso, recuou para R\$ 102,2 bilhões. Segundo Vilma Pinto, diretora da IFI, a receita líquida é um indicador "um pouco diferente do número" que será divulgado hoje pela Receita, embora "as tendências sejam as mesmas".

"É uma queda bem forte", afirma, também destacando os recuos de arrecadação com Imposto de Renda (IR) e CSLL, que nos cálculos da IFI foram de 15,2% e 14,4%, respectivamente.

Outro economista que acompanha o Siga Brasil diz "que a receita veio fraca em agosto", citando como exemplo a arrecadação do IR, mais uma vez, e do PIS/Cofins.

Divulgada em julho, a projeção mais recente do governo federal para o resultado primário deste ano é de um déficit de R\$ 145,4 bilhões, o equivalente a 1,4% do **PIB**. Mas os ministérios do Planejamento e Orçamento e da Fazenda afirmam que a projeção é temporária e trabalham informalmente com uma estimativa de aproximadamente R\$ 100 bilhões. As pastas devem divulgar amanhã, no Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, a nova projeção.

Já a estimativa mediana mais recente do mercado é de déficit de R\$ 106,5 bilhões, segundo o Boletim Prisma Fiscal, da Secretaria do Tesouro Nacional, com resultados coletados até 5 de setembro.

O número representa aumento de quase R\$ 2 bilhões no déficit em relação à estimativa coletada até 5 de agosto, quando a projeção mediana era de resultado

negativo de R\$ 104,6 bilhões.

Para o ano que vem, a meta estabelecida pelo arcabouço é de um resultado primário zerado, com intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual do **PIB** para cima ou para baixo. A fim de cumprir esse objetivo, o governo federal pretende arrecadar R\$ 168,5 bilhões com uma série de medidas que aumentam a arrecadação mas que ainda precisam da aprovação do Congresso. Entre elas, está a taxação de fundos exclusivos e de "offshores".

Na avaliação de Vilma Pinto, da IFI, a "deterioração das receitas tributárias" mostrada pelos números mais recentes deixa claro "o tamanho do desafio de se apostar em crescimento das receitas para cumprimento das metas fiscais do próximo exercício".

"As receitas continuam perdendo força, mesmo com a entrada em vigor de algumas medidas" Tiago Sbardelotto

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187664>

Governo enfrenta pressão para mudar MP

César Felício

Cresce a resistência no Congresso à mudança nas regras de tributação de incentivos fiscais, uma das principais receitas condicionadas na proposta de Orçamento enviada pelo governo.

Uma forte mobilização empresarial trabalha para impedir a aprovação da MP 1.185, que pode proporcionar no ano que vem uma receita adicional de R\$ 35,3 bilhões, segundo cálculos do Ministério da Fazenda.

Hoje empresas tributadas por lucro real que tenham recebido incentivos para implantar ou expandir investimentos podem abater o benefício da base de cálculo de **impostos** federais. A MP coloca limites nessa possibilidade.

Ficam excluídos, por exemplo, os benefícios que forem usados para subvencionar custeio. Com essa mudança, a base de cálculo aumenta.

O governo já acenou com concessões: em reunião terça-feira com empresários e deputados do Nordeste, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, e o da **Receita Federal**, Robson Barreirinhas, garantiram que incentivos concedidos no âmbito da Sudene e da Sudam ficarão fora do alcance da medida provisória.

Os parlamentares afirmaram que os secretários foram convincentes quando argumentaram que o foco do Ministério da Fazenda está nos incentivos concedidos pelos governos estaduais, por meio de reduções do ICMS, no âmbito da chamada "guerra fiscal".

Mas não há este recorte no texto original da medida provisória.

É grande a possibilidade de a MP ser transformada em um projeto de lei em regime de urgência, dentro do que um dos líderes da base governista chamou de "padrão Arthur Lira". Há alguns meses, o presidente da Casa acertou com os líderes partidários que matérias sem consenso entre os deputados não devem tramitar como medida provisória.

"É muito difícil no Congresso conseguir aprovar um aumento de **impostos** em 120 dias", disse o deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), referindo-se ao tempo máximo de vigência de uma medida provisória

antes da aprovação parlamentar.

Ele participou da reunião no ministério com Durigan e Barreirinhas.

Estavam lá representantes de grupos industriais instalados no Ceará, como Vulcabras/Grendene, Dias Branco, J. Macêdo, Três Corações e Arcelor Mittal.

Enviada para o Congresso em 31 de agosto, a MP até agora não teve relator designado, embora tenha recebido 98 emendas. É situação análoga à de outras receitas condicionadas por aprovação parlamentar: mesmo sendo essenciais para a proposta orçamentária do governo ser factível, está paralisada no Legislativo.

A MP 1.184, que taxa fundos fechados, com potencial de receita de R\$ 13,3 bilhões, já recebeu 127 emendas e também não teve a comissão especial instalada. O Projeto de Lei 4.173, que tributa empresas offshore, com receita potencial de R\$ 7 bilhões, está em regime de urgência e passa a trancar a pauta a partir do dia 14, mas também não andou. O Projeto de Lei 4.258, que acaba com a dedução de juros sobre capitais próprios (JCP), que pode render R\$ 10,5 bilhões para o fisco, também está parado.

"A **reforma ministerial** foi feita, mas os acordos para a pauta andar não foram amarrados", queixou-se o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), cotado para ser o relator da proposta que tributa as offshore. Neste mês, depois de dois meses de negociações, o PP assumiu o Ministério dos Esportes, com o deputado André Fufuca (MA) e o Republicanos a pasta de Portos e Aeroportos, com Silvio Costa Filho (PE).

A dinâmica do Congresso, contudo, não mudou. Em entrevista à "Folha de S.Paulo" publicada na segunda-feira (18), Lira disse que irá conversar com Lula nos próximos dias sobre a passagem da Caixa Econômica Federal para o controle do PP, com todas as vice-presidências.

"O governo federal continua sem base sólida. Cada votação é uma negociação à parte e um teste para a base governista e para a oposição", constatou o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), empenhado na rejeição da MP 1.185.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187664>

Corte é necessário para o governo cumprir meta fiscal (Editorial)

Para cumprir a promessa de equilibrar as contas do governo em 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não terá como escapar do corte de gastos. A previsão de aumento na receita propalada pelo governo não é apenas incerta. Mesmo que se realize, será insuficiente. Não é difícil entender o motivo: algo como 60% das despesas do governo em 2024 certamente subirão acima do limite de 2,5% além da **inflação**, o máximo permitido pelo arcabouço fiscal recém-aprovado.

A alta será resultado de duas medidas do próprio governo. Primeira: o aumento real do salário mínimo. Com as regras recém-aprovadas no Congresso, o novo mínimo inflará os gastos da Previdência e o reajuste dos **servidores públicos**.

Segunda: o governo acabou com o antigo teto de gastos sem tomar cuidado com despesas constitucionalmente vinculadas à arrecadação. Em consequência, a correção do gasto obrigatório em saúde e educação deixa de ser feita pela **inflação** e volta a ser indexada pela receita do ano corrente.

Cálculos de economistas da UFRJ publicados pelo GLOBO estimam que, em 2024, a despesa com saúde subirá 25,8% além da **inflação**, e a com educação 5%. Ao todo, a parcela engessada do Orçamento crescerá 7,2% em termos reais. Com base nessa projeção, o desafio diante do presidente é cortar despesas da fatia do Orçamento em que há margem para manobra, como custeio da máquina pública, gasto com pessoal ou investimento. O corte necessário é da ordem de 5,5% do Orçamento, segundo os economistas.

Por isso causa estranheza a realização de novos concursos públicos. Por mais que haja necessidade de recompor quadros em setores da burocracia, a decisão vai na contramão do que o governo deveria fazer. A falta de controle sobre a pauta do Congresso é outra fonte de preocupação. Em condições assim, oportunistas dentro e fora da base de apoio aproveitam para aumentar a conta do governo federal. Parlamentares continuam a criar novas despesas como se não houvesse amanhã.

O exemplo mais recente foi a aprovação no Senado da Proposta de Emenda Constitucional que transfere à União os **servidores públicos** de Amapá, Roraima e Rondônia remanescentes da época em eram territórios

ou nos dez primeiros anos como estados autônomos.

Se a Câmara não barrar esse "trem da alegria", a conta ficará entre R\$ 5 bilhões e R\$ 10 bilhões, pela estimativa dos economistas Marcos Lisboa e Marcos Mendes. Está no Senado também o Projeto de Lei que reduz a contribuição previdenciária dos municípios, ao custo estimado de R\$ 18 bilhões anuais. Pode ainda haver perdas com o reajuste no faturamento máximo de Microempreendedores Individuais (MEIs), com o projeto para a Lei Orgânica da Polícia Militar e outras propostas. É de bilhão em bilhão que se cava o buraco nas contas públicas.

O governo promete enfrentar o desafio fiscal com medidas para elevar a arrecadação que dependem do Congresso.

Exagerando nas expectativas, espera chegar a R\$ 168,5 bilhões. A cifra não leva em conta a possibilidade de o Parlamento frustrá-las. Não seria a primeira vez.

O governo Lula incorre em dois erros orçamentários elementares: superestima a receita e subestima a despesa.

Se não promover cortes e, a exemplo do que fizeram gestões petistas anteriores, tentar mascarar o desequilíbrio, Lula terá decretado a morte prematura do arcabouço fiscal.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Queda de 0,3% em julho é movimento normal, aponta Monitor do PIB

Rafael Rosas

A queda de 0,3% em julho ante junho registrada pelo Monitor do **PIB** calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) não reflete uma "preocupação extrema", mas mostra um movimento "normal" de desaceleração nos últimos seis meses do ano, depois de um primeiro semestre acima das expectativas.

A afirmação é da economista Juliana Trece, coordenadora da pesquisa. Na comparação interanual a economia cresceu 1,8% em julho e 2,7% no trimestre móvel encerrado em julho.

Para ela, a queda do monitor pode parecer uma surpresa, uma vez que o IBC-Br (indicador de atividade do Banco Central) mostrou, na terça-feira, alta de 0,44% em julho ante junho, mas essa diferença não é razão para sustos.

"Temos complicadores na economia.

Os juros estão elevados, as famílias estão endividadas e a economia tem sido bastante resiliente apesar disso. Mesmo com o bônus da agropecuária super significativo no primeiro semestre, estamos vendo que o setor de serviços está conseguindo ser resiliente", diz. "É normal que o segundo semestre sinta mais os efeitos da política monetária, porque a agropecuária não vai ter tanta interferência. Então é um movimento normal de ter um segundo semestre mais tímido comparado ao primeiro." Ela ressalta que o desempenho da economia em 2023 deverá ficar bem acima das estimativas do começo do ano. Para ela, o Produto Interno Bruto (**PIB**) deve fechar o ano com crescimento na casa de 3%. "No início do ano, era otimista quem considerava crescer 1%." Ela destaca que o processo de redução da taxa de juros - hoje em 13,25% ao ano - terá mais efeitos sobre a economia no ano que vem. Um crescimento mais constante e robusto, porém, só será possível quando forem desmontados obstáculos estruturais, como a taxa de investimento baixa. "A questão da agropecuária e da extrativa mascarou um pouco a nossa condição. Obviamente é número bom crescer 3%, mas temos problema estrutural de taxa de investimento baixa. A indústria mostra sinais de enfraquecimento.

Enquanto não conseguirmos resolver a taxa de

investimento, vai ser difícil crescer um pouco mais forte." Trece acrescenta que iniciativas como o Desenrola, a aprovação do arcabouço fiscal, e a **reforma tributária** podem dar fôlego à economia no ano que vem. "Reduzir o endividamento das famílias é fundamental para conseguir, pelo consumo, ter fôlego. E mesmo o PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] que está sendo proposto vai ajudar na questão dos investimentos.

Medidas estão sendo pensadas para estimular a economia, mas acho que ficou mais para 2024 do que para este ano." O monitor divulgado quarta-feira (20) mostra que o consumo das famílias cresceu 2,6% no trimestre móvel encerrado no sétimo mês do ano. A formação bruta de capital fixo (FBCF), medida dos investimentos na economia, caiu 3,2% no mesmo trimestre móvel. O segmento de máquinas e equipamentos, que tem apresentado quedas desde o trimestre findo em janeiro, segue ampliando sua retração, com queda de 9,4% no trimestre móvel encerrado em julho.

A exportação de bens e serviços cresceu 15,1% no trimestre móvel encerrado em julho. O total das importações caiu 0,9% nesse mesmo período.

A taxa de investimento em julho foi de 17,4%; pouco acima da média histórica desde 2015, mas abaixo da média histórica desde 2000.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187664>

Analistas veem cenário menos favorável para cortes

Sérgio Tauhata e Arthur Cagliari De São Paulo / Gabriel Roca De São Paulo, Victor Rezende De São Paulo

O Comitê de Política Monetária (Copom) sinalizou no **comunicado** de ontem que o espaço para uma eventual aceleração no ritmo de corte da taxa básica Selic é praticamente inexistente no momento .

Segundo economistas e analistas ouvidos pelo Valor, o Banco Central não só desenhou um quadro de maior deterioração externa, como também trouxe de volta a menção a riscos fiscais no Brasil.

Para o economista Werther Vervloet, da ACE Capital, surgiram incertezas sobre o cumprimento das metas fiscais propostas pelo governo entre a reunião anterior do colegiado e a de ontem. "Dos temas de preocupação apontados pelo BC, o fiscal foi o que me chamou mais atenção, porque ele havia sido retirado da mensagem da última decisão", diz. "É sinal de que a discussão sobre o tema piorou e o BC teve que reagir a isso", afirma.

O economista-chefe da Western Asset, Adauto Lima, diz que o **comunicado** "trouxe piora do cenário internacional, com visão mais incerta, trazendo ainda menção à taxa de juros longa nos EUA, que tem causado volatilidade nos ativos globais". Para o especialista, a volta do risco fiscal ao **comunicado** "é um alerta, porque as metas precisam ser atingidas para a condução da política monetária".

Na visão de Lima, o **comunicado** reforça o plano de voo da autoridade de manter o ritmo de corte da Selic, de 0,50 ponto percentual, nas próximas reuniões.

A Western projeta a Selic em 11,75% no fim de 2023 e em 9% na última reunião de 2024, quando o BC deverá parar de reduzir a taxa básica de juros.

A visão de que o BC vai manter o ritmo atual de cortes é compartilhada pelo economista-chefe da G5, Luis Otavio Leal. "As projeções de **inflação** do BC tiveram piores [na comparação com o **comunicado** anterior] em todos os horizontes [2023, 2024 e 2025], mesmo na margem." Leal afirma que a chance de a autoridade acelerar o ritmo de cortes parece menor do que a de desacelerar. "É baixa a possibilidade de desacelerar o ritmo, mas a chance de o BC moderar os cortes parece até maior do que acelerar." A G5 projeta Selic

de 11,75% no fim de 2023. Para a casa, os juros devem finalizar o ciclo de queda em 8,5%, mas chegarão nesse nível apenas no segundo trimestre de 2025. Para o fim do ano que vem, o especialista enxerga a taxa básica em 9%.

Outro fator que economistas têm citado como agravante para a **inflação**, o avanço recente dos preços do petróleo no exterior, parece não preocupar o BC no momento, avalia o economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez. "Essa elevação dos contratos no exterior é recente e ainda não foi repassada para os preços da gasolina e do diesel. A autoridade, então, manteve certa tranquilidade em relação aos indicadores de **inflação**." Sanchez avalia o **comunicado** como "neutro" e um "não-evento" por vir em linha com o que o mercado esperava. As projeções da Ativa continuam inalteradas, com cortes em 0,50 ponto percentual se estendendo até o fim do primeiro trimestre de 2024.

No segundo trimestre, um corte de 0,25 ponto encerraria o ciclo, com a Selic em 10,5%.

A economista-chefe da CM Capital, Carla Argenta, também reforça o coro de quem enxerga um BC mais cauteloso. "A maior parte das surpresas [entre as reuniões] foi no sentido de não se afrouxar mais a política monetária", afirma.

A CM Capital tem estimativa de a Selic terminar 2023 em 11,75%. Porém, a casa vê condições para a autoridade acelerar o passo em 2024.

A estimativa da gestora é de a taxa básica alcançar 8% no fim de 2024.

"Temos Selic no fim do ciclo mais baixa do que o mercado espera.

Nas nossas estimativas, vemos arrefecimento mais forte da **inflação** em 2024, mais acentuado dos núcleos, principalmente, dos serviços, o que deve abrir margem para queda mais intensa [da Selic]." O economista do BTG Pactual Álvaro Frasson menciona ainda a possibilidade de uma mudança no cálculo do hiato do produto (uma medida da ociosidade da economia) levar a um ajuste das projeções de **inflação**. "Adiretora[doBC]Fernanda Guardado afirmou que haverá revisão metodológica do

cálculo do hiato no relatório trimestral de inflação.

Se tudo permanecer constante, a revisão deve trazer elevação das expectativas de inflação do BC."

-

"Sinalização foi clara pela manutenção do ritmo"

O comunicado do Copom de ontem foi mais duro quando comparado ao documento anterior, especialmente por acrescentar alguns pontos que ajudaram a trazer a perspectiva de que o colegiado ainda não está confortável com a ideia de acelerar o ritmo de cortes.

Segundo o sócio e fundador da Oriz Partners e ex-secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall, o reconhecimento de um cenário externo mais desafiador, de uma atividade econômica mais resiliente, a reinserção de comentários sobre o fiscal no documento e a indicação de que o ritmo de cortes deve se manter nas próximas reuniões reforçaram a ideia de que o Banco Central quer afastar a discussão sobre um ritmo mais intenso de afrouxamento monetário.

Valor: Qual foi a impressão geral sobre o comunicado?

Carlos Kawall: Não houve nenhuma grande surpresa, mas achei que o comunicado veio um pouco mais "hawkish" em relação a alguns pontos que foram acrescentados em relação anterior. Já havia uma sinalização que havia unanimidade pela manutenção do ritmo de cortes desde o comunicado anterior, então não veio daí a surpresa. Mas ele pontuou algumas coisas que colocam um desafio adicional do ponto de vista da trajetória dos cortes de juros.

Valor: Que pontos foram esses?

Kawall: Primeiro, ele cita a alta dos juros longos nos EUA, um movimento expressivo e que acabamos por ver ontem mesmo, após a decisão do Fed. Também falou da desaceleração da China, o que acrescenta mais um desafio para os preços das commodities e que pode afetar as economias emergentes, especialmente pelo canal do câmbio. Do ponto de vista da atividade, reconheceu que ela estava mais resiliente. Por outro lado, reconheceu alguma melhora na inflação, ainda que o índice cheio tenha subido pelos efeitos-base.

Valor: Como viu a sinalização para o ritmo de cortes?

Kawall: Ele falou em manter o ritmo de cortes "nas próximas reuniões", mantendo o uso do plural.

Não era o meu cenário, mas havia quem esperasse que o BC citasse a manutenção do ritmo só "na próxima reunião". A sinalização foi clara pela manutenção do ritmo.

Valor: O fiscal também voltou ao comunicado...

Kawall: Teve o recado mais claro no lado fiscal, em que o BC buscou ressaltar a importância de se manter a meta de resultado primário zero no ano que vem.

Acredito que a sinalização veio mais no sentido de ajudar o Ministério da Fazenda em uma provável disputa com o Congresso e com os críticos da proposta. Por todos esses pontos, de maneira geral, a minha percepção foi a de que o Copom está ressaltando os riscos para uma trajetória mais intensa de queda de juros.

Valor: O que poderia mudar o cenário?

Kawall: Acredito que é exatamente aquilo que está no balanço de riscos. Uma moderação mais intensa da atividade ou se a inflação mostrar uma trajetória mais benigna nos núcleos. Mas um outro ponto importante sobre acelerar o ritmo de cortes ou não é que precisamos levar em conta o tamanho do ciclo. Isso o BC está deixando em aberto. Não temos um gráfico de pontos, como no Fed, em que se tem alguma ideia sobre as taxas de juros nos próximos anos.

Há um debate sobre o tamanho do hiato do produto e certamente vamos ter alguns elementos na ata da reunião. Quanto ao comunicado, eu não usaria a expressão fechar a porta, mas ele buscou mostrar que o cenário continua desafiador, com ancoragem apenas parcial das expectativas. Não evoluímos no campo das expectativas e a atividade não mostrou arrefecimento - pelo contrário. Nesse sentido, acho que ele está bastante convencido de que o ritmo de 0,5 ponto continuará adequado.

Valor: As projeções de inflação sofreram um leve ajuste para os próximos anos...

Kawall: A maior parte dos colegas com quem eu conversei tinha projeções para 2024 em torno dos 3,6% e em 3,1% para 2025. E isso também pode ter relação com o cálculo de hiato do produto do BC.

Seria bastante oportuno fazer essa discussão no Relatório de Inflação.

Valor: O comunicado voltou a usar o termo "unanimemente" para sinalizar consenso em torno do ritmo de cortes para as próximas reuniões.

Essa palavra pode desaparecer no **comunicado** seguinte?

Kawall: Aí eu acho que entra em cena a questão da substituição dos diretores. Você falar em unanimidade em um colegiado que vai mudar fica um pouco estranho.

Acredito que ele se refira às duas deste ano. O que vai ocorrer no ano que vem depende da designação dos novos nomes do Copom, o que pode levar algum tempo, já que houve alguma demora para a substituição nas últimas ocasiões e também há a questão do recesso parlamentar. Entendo que o unanimemente se refira, estritamente, a essas próximas duas reuniões.

Valor: A Oriz trabalha com o cenário de aceleração no ritmo de cortes? O Fed sinalizando que os juros devem ficar parados por mais tempo pode influenciar o tamanho do ciclo no Brasil?

Kawall: Não temos aceleração e acreditamos que os cortes devam se manter no ritmo de 0,5 ponto, até chegar a 9%. O desafio que o Fed coloca talvez seja mais na direção de a Selic não conseguir chegar a 9% e não tanto no sentido de, eventualmente, reduzir o ritmo. O diferencial de juros com os EUA é uma das variáveis para o tamanho do ciclo, mas não a única. Onde vai parar o juro americano isso tem influência no nosso juro neutro e o alerta emitido pelo Fed foi importante.

Valor: Como vê a dinâmica de juros mais altos nos EUA e cortes de juros no Brasil?

Kawall: Parece que estamos conseguindo algo inédito, que é o BC sinalizar que os cortes vão continuar, mesmo em um contexto no qual o Fed até mesmo pode voltar a subir os juros. Temos um quadro bastante peculiar, ligado ao fato de que tem havido uma atuação técnica e transparente do BC e, ao mesmo tempo, estamos vendo que o setor externo está ajudando muito a taxa de câmbio. Isso tem permitido manter uma trajetória de **inflação** declinante, mesmo que o cenário externo não venha nos favorecendo tanto.

"Diferencial de juros com EUA é uma das variáveis para o tamanho do ciclo, mas não a única" Carlos Kawall

-

"Diferencial de juro tende a balizar até onde BC pode ir"

O uso do plural ao apontar para a manutenção do

ritmo de corte de juros pelo Banco Central e a sinalização de que há uma deterioração no cenário externo são alguns fatores destacados pela economista- chefe do Santander, Ana Paula Vescovi, ao analisar a comunicação empregada pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Em entrevista ao Valor, ela mantém a visão de que, ao menos neste ano, o colegiado não deve acelerar o ritmo de flexibilização da política monetária e dá ênfase ao diferencial de juros como um dos componentes que tende a balizar a extensão do ciclo de cortes.

Valor: Qual a avaliação sobre a decisão do Copom?

Ana Paula Vescovi: A decisão veio bem em linha com o que o mercado esperava, mas alguns pontos no **comunicado** chamaram a nossa atenção. O primeiro foi o fato de que o Copom voltou a alertar sobre o tema fiscal, ao falar da importância do cumprimento das metas para que a política monetária tenha espaço para continuar o ciclo de distensão monetária.

Além disso, as projeções de **inflação** no cenário de referência vieram um pouco abaixo do que esperávamos.

Ao replicarmos os modelos do BC, nossas estimativas apontavam a possibilidade de uma alta de 0,3 ponto percentual nas projeções de **inflação**, mas vimos uma alta de apenas 0,1 ponto.

Valor: E a indicação de manutenção do ritmo permaneceu. Vescovi: Nosso cenário já indicava que o BC iria manter esse passo de redução de juros de 0,5 ponto por algum tempo e o **comunicado** veio nessa direção.

Além disso, o Copom continuou usando o plural ao falar em reduções na mesma velocidade, ou seja, já incluiu pelo menos as reuniões de novembro e de dezembro.

Disso se deduz que, neste ano, não haverá uma aceleração do passo na redução dos juros.

Valor: Essa possibilidade ainda está sobre a mesa?

Vescovi: Temos percebido uma dinâmica positiva no **inflação** de serviços e, conseqüentemente, nos núcleos. A se persistir esse ambiente, um risco a ser considerado é o de possibilidade de aceleração à frente. No nosso cenário, já prevemos alguma desaceleração da atividade, o que é compatível com a dinâmica de melhora dos núcleos de **inflação** e com o processo de desinflação. Isso já está contemplado nas nossas projeções, mas se tivermos surpresas no lado

inflacionário e alguma viabilidade de melhora do lado fiscal, tudo isso pode aliviar mais o ambiente e gerar mais espaço para uma aceleração. Por enquanto, o passo de 0,5 ponto deve se manter por algum tempo.

Valor: E em relação ao nível final dos juros? O Santander trabalha hoje com a Selic a 9,5% em 2024...

Vescovi: O Copom trouxe algumas questões que vão balizar o nível final dos juros, ou seja, até onde o ciclo pode ir. Ele coloca, obviamente, a dinâmica inflacionária; as expectativas longas de inflação, que estão em 3,5%; as questões do hiato do produto, com uma observação de que a atividade vai desacelerar; e o balanço de riscos. Eu incluiria a questão do diferencial de juros não só em relação aos pares, mas especialmente em relação aos Estados Unidos. Vimos um Fed [Federal Reserve, o banco central americano] mais conservador e esse é um dos componentes que tendem a balizar até onde o BC pode ir com o ciclo.

Valor: É um ponto de atenção no seu cenário?

Vescovi: O que o Fed colocou, durante a entrevista do presidente Jerome Powell, é uma percepção de que, talvez, a taxa de juros neutro pode estar mais alta nos EUA. Acho que essa alta nos "dots" [gráfico de pontos] que vimos nas projeções do Fed para os juros em 2024, apontando que o início da redução das taxas nos EUA pode ser mais tardio do que se espera e tentando guiar os mercados para uma perspectiva mais conservadora, afeta as próximas decisões no Brasil. Temos uma deterioração da perspectiva externa, dado que o próprio Copom cita pontos como os juros longos nos EUA e a desaceleração na China como desvantagens para países emergentes. É uma deterioração do cenário externo.

Valor: A questão fiscal voltou ao comunicado, após ter sido retirada do balanço de riscos em agosto. Como a senhora viu a inclusão?

Vescovi: Agora voltou como um destaque no comunicado.

Passa uma percepção de aumento da preocupação com o cumprimento das metas. Nosso cenário, porém, não mudou em relação a isso. Já tínhamos a perspectiva de uma melhora muito tênue do resultado fiscal deste ano e do próximo e víamos uma desaceleração da arrecadação na margem por dois motivos: o processo desinflacionário e a desaceleração esperada da atividade. Além disso, há um aumento das despesas.

Apesar disso, estamos vendo a Selic em 9,5% em 2024, sendo que antes projetávamos a taxa a 10%,

muito por conta da dinâmica da inflação corrente, apesar da robustez do mercado de trabalho.

Valor: A resiliência da atividade foi citada pelo Copom e, desde a reunião de agosto, há uma discussão sobre um possível aumento do PIB potencial brasileiro. Como o banco tem visto essa possibilidade?

Vescovi: Assim como o presidente do Fed falou muito cuidadosamente sobre a possibilidade de ter, sim, havido um aumento do juro neutro nos EUA, estamos mais nessa linha cautelosa em relação a um PIB potencial mais alto por aqui. O Brasil fez várias reformas e passamos por mudanças que podem ter elevado a produtividade da economia e posso citar os mercados de capitais; a reforma da Previdência; a reforma trabalhista. Mas também estamos em um contexto de muitos impulsos. Além disso, observamos uma mudança nas preferências de consumo, que vem do choque da pandemia e começa a se normalizar. Algumas coisas são mais concretas, como o aumento da participação do agro na economia, um setor com muita produtividade, mas nada que dê conta de explicar algo que se altere muito. Acho muito cedo para inferir que, por conta de surpresas positivas na atividade em um contexto de muitos impulsos e mudanças comportamentais, o PIB potencial tenha subido. Temos uma reforma tributária sendo discutida, uma peça importante para ganhos de produtividade. É preciso esperar.

"Passo de 0,5 ponto percentual de corte nos juros deve se manter por algum tempo" Ana Paula Vescovi

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187664>

Reforma Tributária: em audiência no Senado, Fazenda volta a criticar desoneração da cesta básica

ECONOMIA JB com Agência Estado

Isadora Duarte - O economista e assessor na Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Nelson Leitão Paes, criticou, em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, a desoneração de **impostos** sobre a cesta básica. Como instrumento para redução de pobreza e da desigualdade, a desoneração da cesta básica não é muito adequada. Ela não tem repasse integral e não tem benefício total às pessoas de baixa renda, argumentou. Na audiência estavam presentes representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) e da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT).

Para Paes, há três pontos críticos relacionados à desoneração. O primeiro é o fato de que, por serem produtos essenciais, há baixa elasticidade na demanda em casos de aumento de preços dos itens. Deste modo, a desoneração da cesta básica tem impacto reduzido nos preços, apontou o assessor da Fazenda. O segundo ponto, de acordo com ele, é o fato de que a redução do tributo que chega até o consumidor é parcial, havendo deslocamento da desoneração ao longo da cadeia. Como qualquer benefício tributário não necessariamente ficará toda redução com o beneficiário, justificou. O terceiro ponto abordado por Paes é a provável concessão de benefício fiscal a todos consumidores, por incidir sobre a cesta de forma geral, e não somente para aqueles que precisam de incentivo fiscal com alimentos mais baratos.

O mecanismo apontado por Paes como alternativa para concessão de benefício fiscal à população de baixa renda é o **cashback**, ferramenta que devolveria parte dos **impostos** aos consumidores de baixa renda, o que vem sendo amplamente defendido pelo Ministério da Fazenda. O **cashback** como forma de restituição de imposto não é novidade, pois acontece em vários países da América Latina e há modelo semelhante em funcionamento no Rio Grande do Sul.

É um mecanismo regressivo. O **cashback** tem potencial de mitigar o imposto sobre o consumo e, se for atrelado à emissão de nota fiscal, é incentivo à formalização das empresas, avaliou.

Ele pediu aos senadores que mesmo mantida a desoneração da cesta básica se abra espaço para o **cashback** de forma mais ampla. Segundo Paes, mesmo em caso de repasse integral da desoneração dos **tributos** da cesta básica de alimentos ao preço final ao consumidor, o que não ocorre na prática, há redução de 1% na carga tributária das famílias de baixa renda, enquanto a devolução por **cashback** poderia gerar decréscimo de 5,5% dos **impostos** pela população de menor renda.

A desoneração da cesta básica é defendida pelo agronegócio e pela indústria de alimentos, a exemplo do que ocorre em países que adotam alíquota única. A isenção foi incluída no projeto da **reforma tributária** aprovado na Câmara dos Deputados e agora é discutida nos colegiados do Senado.

Site: <https://www.jb.com.br/economia/2023/09/1046093-reforma-tributaria-em-audiencia-no-senado-fazenda-volta-a-criticar-desoneracao-da-cesta-basica.html>

A classe fiscal é protagonista da Reforma Tributária

21.set.2023 às 6h00

Celebra-se, neste dia 21 de setembro, o Dia do Auditor Fiscal. É uma importante oportunidade de reflexão sobre o protagonismo que a classe fiscal conquistou no debate sobre a **Reforma Tributária**. Há, em princípio, uma obviedade gritante: se o que está sob reforma é o sistema tributário brasileiro, não há como alijar dessa construção os operadores cotidianos desse sistema, aqueles cujo trabalho tem como matéria prima a **legislação tributária**.

Há outro forte motivo: a qualidade do corpo técnico do Fisco brasileiro. Se de alguma forma o sistema tributário segue em pé, mesmo com normas anacrônicas e disfuncionais, é graças à profissionalização das Administrações Tributárias brasileiras -que são referência mundial, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento e aplicação de soluções tecnológicas. Desperdiçar a colaboração de um corpo profissional de sólida formação técnica e destacado compromisso público seria um enorme erro.

A esses motivos soma-se o fato de a classe fiscal, por meio de suas entidades representativas, não ter se omitido desse debate. A Febrafite (Associação Nacional das Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais), por exemplo, entidade que tenho a honra de presidir, promoveu, seminários, lives, debates e criou uma comissão técnica formada por auditores fiscais de todo o país que tem se dedicado à análise e sugestões de melhoria ao texto da reforma. É digno de nota e representativo da qualidade do colegiado que o atual diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária**, Manoel Procópio Jr., tenha sido membro da Comissão, desligando-se para exercer o cargo no governo federal.

Da conjugação desse esforço técnico de análise das Propostas de Emenda Constitucional com um trabalho de articulação política feito pela entidade, derivam importantes alertas e propostas de inovação aos legisladores.

A proposta de "Cashback do Imposto", ferramenta importante de redução da regressividade tributária, chegou à reforma por meio dessa atuação. A ideia chegou ao Brasil pela tese de Doutorado do colega Giovanni Padilha, Auditor Fiscal da Receita Estadual

do Rio Grande do Sul, e foi apresentada a atores centrais da construção da reforma, como Bernard Appy e Luiz Carlos Haully, nessa série de eventos promovida por entidades do Fisco.

Nossa comissão técnica também tem feito importantes alertas sobre fragilidades do texto que passariam despercebidas não fosse o olhar de quem vive diariamente a rotina das Administrações Tributárias. Um desses pontos destacados pelo colegiado é o chamado "risco free rider". Como a reforma garante que a arrecadação aos entes federados será mantida no mesmo patamar que o atual durante o período de transição, pode ser que gestores públicos se acomodem com essa garantia de receita e deixem de fazer o necessário investimento nas administrações tributárias.

Outro importante alerta emitido pela Comissão Técnica, com a consequente proposta de alteração do texto, diz respeito ao desrespeito ao federalismo causado pela forma como o IVA Dual está desenhado na PEC. Há uma flagrante quebra do pacto federativo, pois a União poderá propor alterações da legislação do IBS, imposto que não lhe pertence, sem ouvir os donos do imposto, que são os estados e municípios.

Da mesma forma, defendemos a isonomia entre os Fiscos porque a nova estrutura de fiscalização tributária será um sistema único, integrado nacionalmente, com unificação de regras de fiscalização e controle. É, portanto, coerente com o novo modelo -e condição fundamental para seu bom funcionamento- que as condições de trabalho e os limites remuneratórios sejam os mesmos.

Esses são apenas alguns entre tantos exemplos dessa dinâmica em que auditores fiscais conquistaram protagonismo no debate da reforma por meio da qualidade técnica de suas contribuições e da atuação política de suas entidades representativas e de como essa voz ativa atuou no sentido de construir um sistema tributário justo e eficiente. Neste 21 de setembro, louvamos o comprometimento e qualificação da classe fiscal e reafirmamos nosso compromisso de trabalhar por seu fortalecimento e valorização.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2023/09/a-classe-fiscal-e-protagonista-da-reforma->

tributaria.shtml

Mesmo com ministérios, só um quinto dos parlamentares de PP e Republicanos se compromete a apoiar pautas caras a Lula

Com ministros recém-nomeados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, PP e Republicanos ainda representam uma base instável para o governo no Congresso. Levantamento feito pelo GLOBO mostra que só um quinto dos parlamentares de ambas as siglas declara apoio a pelo menos uma de três das principais pautas do Planalto que devem ir à votação nos próximos meses: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Militares, os vetos presidenciais ao arcabouço e as taxações de offshores e fundos exclusivos.

Nesta última iniciativa, considerada fundamental pelo Executivo para o país zerar o déficit fiscal em 2024, apenas um deputado do PP entre os cem que integram as bancadas das duas siglas respondeu ser favorável.

O GLOBO procurou todos os parlamentares de ambas as legendas, na Câmara e no Senado, e 35 deles responderam a perguntas sobre as propostas. Se, por um lado, o número demonstra pouca adesão espontânea; de outro, também significa que há margem expressiva para o Planalto intensificar a interlocução ou pressionar por uma entrega de apoio efetiva em plenário.

Dos dois partidos, 32 parlamentares já disseram que não se comprometem, por exemplo, em manter o veto do arcabouço, regra fiscal que substituiu o chamado teto de gastos. Destes, 15 falaram que são contra e 17 disseram que ainda não têm uma posição.

Isso acontece dias após André Fufuca, do PP, ser nomeado ministro do Esporte, e Silvio Costa Filho, do Republicanos, escolhido para a pasta de Portos e Aeroportos. O PP deve ainda indicar ainda a presidência da Caixa e o Republicanos, o comando da Funasa.

Apenas o deputado Eduardo da Fonte (PP-PE), apoiador de Lula desde a campanha de 2022, antecipou que vai votar para manter os vetos dos trechos do arcabouço. O parlamentar também disse que vai agir conforme o desejo do governo nos outros dois textos. Os vetos feitos pelo presidente são considerados importantes porque ajudam no resultado

fiscal. Mas são vistos, por outro lado, como uma manobra para maquiagem o volume de despesas pela maioria dos parlamentares do PP.

Em outra frente, há quem seja contra a PEC dos militares mesmo sendo apoiador de Lula desde a eleição. O texto proíbe oficiais da ativa de disputar o pleito - uma reação do governo ao bolsonarismo e à contaminação política nas Forças Armadas e nas polícias.

Filho de Eduardo da Fonte, o deputado Lula da Fonte (PP-PE), por exemplo, classificou a iniciativa como "severa" e disse que é contra impedir "uma classe de disputar a eleição". De oposição, o deputado Evair de Melo (PP-ES) declarou que a proposta é "mais uma pirracinha do Planalto".

A PEC é elaborada pelo Ministério da Defesa e já foi defendida diversas vezes pelo ministro José Múcio. A tramitação dela vai começar pelo Senado e o líder do governo na Casa, Jaques Wagner (PT-BA), é quem ficará à frente do tema.

Ex-ministro da Casa Civil de Bolsonaro e presidente do PP, o senador Ciro Nogueira (PI) evitou responder sobre as propostas, mas já publicou uma mensagem nas redes sociais em abril em que disse que a PEC é uma perseguição.

Nos dois partidos, 15 parlamentares disseram que são contra, 11 evitaram dar uma posição e 8 apoiam. Entre os contrários está o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), que é general da reserva e foi vice-presidente de Bolsonaro.

O presidente do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), não se comprometeu com nenhuma das três iniciativas. Ele pretende analisar cada caso.

- Depende do texto que vier a Plenário - diz.

Do outro lado, o deputado Ricardo Ayres (Republicanos-DF) fez parte da minoria que se declarou favorável à PEC dos Militares.

- A politização das Forças Armadas trouxe muitos

prejuízos ao país - declarou.

Já a taxação das offshores e fundos exclusivos, que devem ser unidos em um mesmo relatório, é um pacote de medidas consideradas essenciais pela equipe do ministro Fernando Haddad (Fazenda), para compensar o efeito da ampliação do Imposto de Renda e do aumento do salário mínimo.

Mesmo os que não indicam prontamente que são contra dizem que o texto precisa ser aperfeiçoado para que menos pessoas sejam atingidas pela taxação. Neste caso, 13 parlamentares disseram que apoiam e 22 são contra ou não se comprometem com apoio neste momento.

Após visita à bancada do PP ontem, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que a tendência é haver uma aproximação. Ele defendeu as posições do governo na **Reforma Tributária** e no arcabouço fiscal.

- Nós já convivemos no primeiro e segundo governo do presidente Lula com partidos que às vezes a bancada do Senado estava no governo e a bancada da Câmara estava independente, uma parte estava no governo e outra não. É a realidade dos partidos - disse.

(Colaboraram Alice Cravo e Dimitrius Dantas)

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/09/21/mesmo-com-ministerios-so-um-quinto-dos-parlamentares-de-pp-e-republicanos-se-compromete-a-apoiar-pautas-caras-a-lula.ghtml>

Lula e Biden fazem parceria por direitos trabalhistas

Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Joe Biden lançaram ontem, em Nova York, uma parceria para promoção do "trabalho digno". Eles tiveram encontro bilateral e depois firmaram compromisso mútuo com os direitos dos trabalhadores, por meio da assinatura de um protocolo. Eles se comprometeram a impulsionar a adesão de outros países à Parceria pelos Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras e tentar reverter a situação de exploração existente. A iniciativa é inédita entre Brasil e EUA e visa combater a precarização do trabalho, tendo os sindicatos como base de apoio. O documento tem como diretrizes principais a proteção dos direitos trabalhistas; promoção do trabalho digno nos empreendimentos públicos e privados; o combate à discriminação no local de trabalho; abordagem centrada dos trabalhadores na transição para energia limpa; e o uso da tecnologia e da transição digital em prol do trabalho decente.

Em seu discurso, Lula enalteceu o caráter histórico da parceria e destacou os desafios para promover o trabalho decente no planeta, após década de vigência do neoliberalismo, um regime econômico de intensa exploração dos trabalhadores. "Espero que a relação EUA e Brasil seja aperfeiçoada e que a gente se trate e se comporte como amigos em busca de um objetivo comum: desenvolvimento e melhoria de vida do povo". Ele afirmou também:

"Temos 2 bilhões de trabalhadores no setor informal, segundo a OIT [Organização Internacional do Trabalho]. O dado concreto é que temos 240 milhões de trabalhadores que, mesmo trabalhando, vivem com menos de US\$ 1,90 por dia. É inaceitável que mulheres, minorias étnicas e pessoas LGBTQIA+ sejam discriminadas no mercado de trabalho", afirmou. "Em todos esses fóruns internacionais, estaremos trabalhando e tentando criar condições para que todos os governantes aceitem um protocolo com esse que estamos assinando aqui", disse Lula.

Já Biden declarou: "Não queremos só que uma classe se saia bem, queremos que os pobres tenham a oportunidade de subir na vida. Os ricos não pagam **impostos** suficientes. Essa visão é impulsionada por uma força trabalhista forte. Orgulho-me que meu governo tem sido caracterizado com o mais pró-sindicato na história dos EUA". Segundo ele, os trabalhadores é que serão os principais agentes no

processo de transformação energética e tecnológica que o planeta precisa enfrentar nos próximos anos. "Sabemos que o nosso progresso depende dos nossos trabalhadores. Eles que vão impulsionar a transição da energia verde, eles que vão tornar segura a cadeia de valor e erguer a infraestrutura para manter forte a nossa economia", disse também. Os dois presidentes também querem estabelecer uma agenda centrada em aumentar a importância dos trabalhadores e trabalhadoras em instituições multilaterais como o G20, a COP 28 ea COP 30.

"Combinação perfeita" "

Antes do lançamento da iniciativa, Lula e Biden tiveram encontro bilateral. "Eu nunca tinha visto um presidente americano falar tanto e tão bem dos trabalhadores como o senhor falou. Isso foi referendado por centrais sindicais americanas. Essa é uma combinação perfeita, porque eu venho do mundo do trabalho, e eu acho que o trabalho está muito precarizado, o salário está muito aviltado, cada vez mais os trabalhadores trabalham mais e ganham menos", disse Lula a Biden.

"É uma satisfação ter um encontro com o governo dos Estados Unidos para falar dessa parceria na defesa dos direitos trabalhistas. Um momento da geopolítica em que as oportunidades estão se fechando e os setores extremistas tentam interditar as portas do debate político. "É muito importante que os EUA vejam o que está acontecendo no Brasil nesse momento histórico de transição ecológica de mudança de matriz energética, o potencial que nosso país tem de investimento eólico, em biomassa, biodiesel, em etanol, hidrogênio verde. Ou seja, é uma perspectiva de trabalho conjunto excepcional entre Brasil e EUA", acrescentou.

O líder americano falou em trabalhar conjuntamente com o Brasil para enfrentar a crise do clima, "mobilizando centenas de milhões de dólares para preservar a Amazônia e os ecossistemas cruciais da América Latina". "Trabalharemos juntos na parceria da cooperação atlântica, promovendo crescimento econômico inclusivo. As duas maiores democracias do hemisfério ocidental estão defendendo direitos humanos, no hemisfério e no mundo, incluindo os direitos dos trabalhadores", disse Biden.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/21/09/2023/p1>

Retrocesso para os homoafetivos (Editorial)

Correio Braziliense

Em 2011, o Supremo Tribunal Federal reconheceu como legítimo o casamento homoafetivo, equiparado à união estável entre homens e mulheres. A decisão do STF foi por unanimidade. Dois anos depois, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução nº 175, determinou aos cartórios que convertessem a união estável entre pessoas do mesmo sexo em casamento e celebrassemno.

A decisão da Justiça foi um grande passo para acabar com os conflitos sobre heranças e benefícios decorrentes da morte de um dos cônjuges do mesmo sexo. Representou também um avanço contra a homofobia. Em síntese, deu proteção legal à relação entre pessoas do mesmo sexo.

Em um país com vasto portfólio de preconceitos e intolerância - racismo, misoginia, machismo, homofobia, etarismo, patriarcalismo, capacitismo e outros -, não surpreende que, em meio a tantas necessidades sociais e econômicas, deputados construam um projeto de lei para proibir o casamento homoafetivo. O Brasil sofre com enormes mazelas em diferentes setores, como falta de saneamento básico, acesso à água, moradia, segurança, hospitais, escolas, creches e tantos outros equipamentos públicos que fariam profunda diferença na qualidade de vida dos brasileiros.

Em meio a tantas carências, eis que emerge, na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados, o debate em torno do relatório sobre Projeto de Lei (PL) 5.167/2009, de autoria do estilista Clodovil (morto em 2009), que estava parado na Câmara. O relator da proposição, deputado Pastor Eurico (PL -PE), defende a inserção do casamento homoafetivo no artigo 1.521 do Código Civil, que proíbe a união entre pais e filhos ou entre pessoas casadas.

Como justificativa, o parlamentar argumenta que o casamento "representa uma realidade objetiva e atemporal, que tem como ponto de partida e finalidade a procriação, o que exclui a união entre pessoas do mesmo sexo".

A prevalecer a lógica do pastor Eurico, homens ou mulheres estéreis também não poderão casar, pois não haveria como contribuir para a preservação da espécie humana. Registre-se ainda, como lamentável, o baixíssimo nível do debate promovido pelos

deputados - cena, por sinal, que tem se tornado recorrente - com trocas de ofensas e ironias descabidas.

Hoje, os homossexuais representam 12% da população - cerca de 19 milhões de pessoas -, segundo o Censo 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essas pessoas estudam, trabalham e têm importância social e econômica para o país, embora componham uma parcela pequena da sociedade. No setor de turismo, tanto as políticas públicas quanto a iniciativa privada criaram roteiros considerando as predileções do público LGBTQIA+. A Parada Gay, realizada anualmente em São Paulo e outras capitais, se tornou um evento que atrai milhões do Brasil e do exterior, o que impacta positivamente na arrecadação dos governos. Esses movimentos representam, ainda, a crescente visibilidade dessa parcela da população que trabalha, paga **impostos** e vota, entre outros direitos e obrigações.

Em 2015, o STF autorizou os casais gays a adotarem crianças e adolescentes.

A decisão elevou em 113% o número de menores adotados em todo o país, segundo o Sistema Nacional de Adoção do CNJ. Ou seja, milhares de crianças deixadas em instituições de abrigo vivem em um lar, frequentam escola, recebem carinho e atenção, como deve ocorrer em qualquer família. Uma conquista desejada por muitas crianças e adolescentes, nem sempre alcançada em uma família de casal de héteros.

À luz dos avanços obtidos nos últimos anos, a iniciativa de parlamentares negacionistas da diversidade constitui claro retrocesso, que não pode prosperar.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/09/21/all.pdf>

Avança a PEC da exploração da fé (Editorial)

Com os votos de deputados da base do governo e da oposição, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 5/2023, que amplia a imunidade tributária concedida a igrejas, partidos políticos, sindicatos e instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos. Só a mixórdia de entidades agraciadas pela proposta do deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ) já demonstra quão desvirtuada é essa PEC.

Quando o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), encaminhou a PEC 5/2023 para deliberação da CCJ, em março passado, este jornal advertiu que a proposta é uma "subversão do princípio fundante desta República, a igualdade de todos perante a lei", razão pela qual deveria ser rejeitada pelo colegiado (ver o editorial A PEC da exploração da fé, 22/3/2023).

Agora, o texto avançou para análise de uma comissão especial antes de ser submetido ao plenário da Casa. O Estadão reitera: a PEC 5/2023 não deve prosperar.

A Constituição impede a cobrança de **impostos** sobre a renda, o patrimônio e os serviços essenciais prestados por aquelas entidades. A imunidade tributária, particularmente no caso das igrejas, é fundamental para que uma determinada denominação religiosa não seja impedida de professar sua fé simplesmente por falta de dinheiro para arcar com os custos de manutenção de seus locais de culto. Não fosse assim, tratar-se-ia de uma flagrante violação do próprio texto constitucional, que garante a liberdade religiosa no País. Porém, a "PEC da exploração da fé", como este jornal a designou, vai além do mínimo necessário para a salvaguarda desse direito.

A PEC 5/2023 nada tem a ver com liberdade religiosa nem com pluralismo político, como apregoam seus arautos.

O texto deve ser rejeitado pela comissão especial e, caso seja aprovado no colegiado, não deve prosperar no plenário da Câmara porque não passa de uma dissimulação para enriquecer ainda mais algumas dessas denominações ditas religiosas - além de partidos políticos, sindicatos e organizações assistenciais de fachada -, que brotam todos os dias nas esquinas Brasil afora e parecem muito mais interessadas em explorar as finanças de seus fiéis e

dos contribuintes do que em oferecer conforto espiritual a todos os que batem às suas portas.

Caso seja promulgada, a PEC 5/2023 estenderá a imunidade tributária das igrejas, partidos políticos e outras entidades para a aquisição de bens e serviços que sejam tidos como "necessários à formação de patrimônio, à geração de renda e à prestação de serviços" - algo que, convenhamos, é muito difícil de aferir. A compra de um carro de luxo ou de um jatinho em nome de uma igreja, por exemplo, pode ser considerada "essencial" para que um líder religioso exerça seu ministério.

Se o indivíduo, de fato, estará a caminho de compromissos espirituais ou mundanos a bordo do veículo, só sua consciência vai dizer. O mesmo ocorrerá com dirigentes partidários ou sindicais, que poderão até mesmo pagar contas de serviço mais baratas desde que as vinculem às entidades das quais fazem parte. É um acinte.

A proposta do deputado Crivella, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, é inconstitucional. Todos são iguais perante a lei. Eis o princípio republicano fundamental consagrado no caput do art. 5.º da Lei Maior. Por que um líder religioso poderia adquirir um bem pagando menos imposto do que pagaria qualquer outro cidadão que não esteja à frente de uma igreja?

Por que um líder partidário ou sindical pode recolher menos **impostos** na aquisição de bens e serviços apenas porque ocupa cargo de liderança num partido ou sindicato?

A PEC 5/2023 não deve ir adiante porque estabelece "categorias" distintas de cidadãos no que concerne às suas obrigações tributárias - como, por exemplo, a divisão entre leigos e religiosos. Ademais, a proposta é moralmente inaceitável, pois não se trata de outra coisa senão de uma tentativa canhestra de monetizar a religiosidade do povo brasileiro, que deve ser respeitada e protegida, não explorada.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

A queda dos investimentos públicos nos municípios (Artigo)

Roberto Macedo

Roberto Macedo - ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), É CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR

Continuo a minha habitual pregação de que o Brasil precisa enfrentar o baixo crescimento econômico, caminho pelo qual enveredou desde a década de 1980. Lembro novamente que a partir de então a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) despencou para um valor médio de 2,4% ao ano. Na década anterior, a de 1970, essa taxa havia sido de 8,8% (!), próxima de taxas da China no período em que esta crescia fortemente, o que deixou de acontecer no período recente.

Aqui, desde 1980, salvo curtos períodos excepcionais, o **PIB** está em estagnação, que meu dicionário define como um período de crescimento abaixo do potencial. Recentemente, surgiu outro grave impacto dessa estagnação. A Folha de S.Paulo do dia 4/9 veio com a matéria Mais escolarizados caem na informalidade e veem renda desabar. Isso decorre da fragilidade do crescimento em sua demanda de mão de obra.

Mas o Brasil ainda não acordou para a imperiosa necessidade de fazer crescer mais rapidamente o **PIB**. Em particular, o Executivo federal não tem uma estratégia bem definida para isso e procurou contornar essa necessidade com mais uma edição do pequeno Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que, como as versões anteriores, também deverá enfrentar problemas de execução. E, no Congresso, os parlamentares que se preocupam com o frágil crescimento são escassa minoria.

A preocupação predominante é a de obter posições no governo para companheiros e emendas parlamentares para suas bases eleitorais em busca de votos para eventual reeleição.

Também insisto em que, com uma boa arrumada, nossa economia poderia crescer bem mais do que nesse passado de quatro décadas.

Para crescer mais, uma questão fundamental é o aumento da taxa de investimentos em formação de capital, ampliando atividades produtivas existentes e/ou gerando novas.

Dados recentes apontam que essa taxa caiu de 18,3% do **PIB**, no segundo trimestre de 2022, para 17,2%, no mesmo período de 2023, e está muito longe de taxas mais próximas de 25% do **PIB**, que seriam necessárias para manter uma expansão sustentável do **PIB** a taxas satisfatórias.

Também venho insistindo em que, nesse contexto, uma questão fundamental é os investimentos do setor público terem caído fortemente no período 1980-2022. Repetindo considerações anteriores sobre o assunto, lembro que um gráfico do investimento público como proporção do **PIB** preparado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, cobrindo o período 1947-2022, mostra linha com formato próximo de um V invertido, pois começa com tendência em que passa de 2,98% do **PIB** em 1947 para 10,58% (!) em 1978, de onde veio caindo, com pequenas interrupções, para valores próximos de apenas 2,4% nos últimos seis anos.

Tenho procurado dados mais detalhados sobre essa sensível queda dos investimentos públicos e, na semana passada, deparei-me com um estudo voltado para a queda ocorrida no caso dos municípios, objeto de reportagem do jornal Valor Econômico no dia 15/9/2023. O subtítulo dessa reportagem assinala que "(...) despesas das prefeituras com infraestrutura e serviços caíram de 27,41% para 9,89% entre 1972 e 2022". Acrescento que infraestrutura é tipicamente o caso de investimentos.

Já o título da matéria aponta a principal razão para essa queda: Em 50 anos, educação e saúde concentram gastos de municípios.

E o texto da reportagem esclarece: "Se em 1972 a saúde respondia por 5,67% das despesas municipais, cinco décadas depois este percentual estava em 25,49%. No caso dos gastos com educação e cultura, a participação quase dobrou.

Subiu de 14,82% para 26,7%".

Um dos especialistas ouvidos pelo jornal esclareceu que "(...) com a Constituição de 1988 (...) aumentaram muito as atribuições das prefeituras, mas os recursos não. (...) A concentração dos recursos na mão do governo federal é brutal".

A reportagem informa que a Constituição de 1988 "(...) determinou desembolso mínimo de 25% da receita de **impostos** e das transferências constitucionais para a educação.

No caso da saúde, a determinação de no mínimo 15% (...) foi estabelecida pela Emenda à Constituição n.º 29/2000". Outro entrevistado esclareceu que "essa obrigação engessa de certa forma o orçamento municipal e limita o gasto discricionário, no qual está incluído o investimento".

Segundo outro especialista entrevistado, "(...) as prefeituras se viram incapazes de atender a demanda por outros serviços gerados por uma "urbanização explosiva" do País. Entre 1940 e 2010 a população urbana (...) cresceu 15 vezes, enquanto o total de habitantes do País quadruplicou. (...) Não basta dizer que o município precisa investir tantos por cento em saúde. (...) Se não tem água potável, coleta de esgoto, (...) o poder público vai precisar gastar mais em remédios, consultas".

Nada contra ampliar gastos em educação e saúde na esfera municipal. Mas Brasília determinou limites mínimos sem a adequada provisão de recursos, com o que outras necessidades foram prejudicadas.

Esses investimentos foram prejudicados pela imposição constitucional de limites mínimos para despesas com saúde e educação, mas sem provisão de recursos adicionais

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Em vídeo, crianças ianomâmis são amarradas por garimpeiros

**DANIEL BIASETTO, PAULO ASSAD E REYNALDO
TUROLLO JR**

Garimpeiros invasores da Terra Indígena Yanomani amarraram e ameaçaram crianças da etnia na região conhecida como Hakoma, segundo a Associação Hatukara, que denunciou o caso às autoridades ontem. As ameaças foram registradas em um vídeo.

A associação Hatukara relata ter recebido informações da presença de garimpeiros na região no dia 19.

Pelo isolamento da área onde o caso ocorreu, a associação afirma não ser capaz de precisar a data do episódio e qual foi o seu desfecho.

"A gravidade do incidente exige uma resposta rápida por parte das forças de segurança", diz a associação, em documento enviado ao Ministério Público Federal, Funai, Polícia Federal, Ibama, Exército e Ministério dos Povos Indígenas.

Na gravação, é possível ouvir um homem falando em "buscar os cartuchos da espingarda".

De acordo com a entidade, as crianças estariam sendo acusadas de um furto de celulares que não teria ocorrido.

"Amarram e ameaçam as crianças, que supostamente teriam pego os telefones.

Um garimpeiro tenta intimidar as vítimas, solicitando aos demais que "tragam os mokaua", ou seja, que sejam trazidas armas para o barracão onde as crianças estão cativas", detalha a associação.

O Ministério dos Povos Indígenas, em **comunicado**, afirmou que "situações como esta são inadmissíveis" e que articula com todas as pastas a quem a denúncia foi enviada pela associação "providências urgentes para averiguação, denúncia e punição dos responsáveis".

TRÊS OPERAÇÕES A denúncia foi feita no mesmo dia em que a Polícia Federal realizou três operações para combater o garimpo e a venda de ouro ilegal em Roraima, no Amazonas e em Tocantins. A investigação conduzida em Boa Vista cumpriu dois mandados de prisão e 40 de busca e apreensão. A

Justiça determinou bloqueio e apreensão de bens no valor de R\$ 6,7 bilhões nas três ações.

Segundo a PF, o esquema envolve contrabando de ouro da área ianomâmi venezuelana como pagamento pela exportação de alimentos por mercados de Roraima e do Amazonas. Transportadoras escondiam em caminhões o ouro contrabandeado, que entrava em Roraima sem pagar **impostos**.

O minério seria comprado por outros integrantes do esquema e enviado para empresas de ouro, que faziam os pagamentos aos supermercados e às distribuidoras de alimentos. A suspeita da PF é de que o esquema tenha movimentado quase R\$ 6 bilhões. A operação foi batizada de Eldorado.

A investigação no Amazonas cumpriu dois mandados de prisão preventiva e 16 de busca e apreensão contra suspeitos de adquirir ouro de terras indígenas extraído de leitos de rios com uso de dragas. Uma fraude forjava a origem legal do metal.

A operação encontrou indícios de contrabando para a Europa depois da prisão em flagrante de uma pessoa que transportava 35 quilos de ouro, que seriam entregues a dois norte-americanos sócios de uma empresa em Nova York.

De acordo com a PF, o alvo principal forjava a legalização do ouro por meio de um austríaco naturalizado brasileiro que afirma ter mais de R\$ 20 bilhões em barras em um "país independente", inventado pelo próprio investigado.

No Tocantins, a PF cumpriu um mandado de prisão e cinco de busca e apreensão contra um grupo criminoso que pratica extração de ouro em áreas proibidas, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e transporte, comercialização e exportação do produto ilegal, em um esquema similar ao da operação do Amazonas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Sem surpresas, Copom reduz Selic para 12,75%

ROSANA HESSEL, *Marcílio de Moraes*

O Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, decidiu ontem, reduzir a taxa básica da economia (Selic), de 13,25% para 12,75%. A decisão foi unânime e o comitê não sinalizou o tamanho do corte na próxima reunião, que ocorrerá entre os dias 31 de outubro e 1º de novembro. "A magnitude total do ciclo de flexibilização ao longo do tempo dependerá da evolução da dinâmica inflacionária, em especial dos componentes mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica, das expectativas de **inflação**, em particular as de maior prazo, de suas projeções de **inflação**, do hiato do produto e do balanço de riscos", destacou o **comunicado** divulgado após o término da reunião do Copom.

O corte, de 0,50 ponto percentual, foi o mesmo de agosto, quando o colegiado iniciou o ciclo de redução dos juros após sete reuniões consecutivas de manutenção da Selic em 13,75%. A decisão foi em linha com o consenso do mercado que esperava a manutenção do ritmo de corte de 0,50 ponto percentual, como o Copom havia sinalizado.

Para o mercado financeiro, o Banco Central deixou claro que fará novos cortes na taxa de juros. "O **comunicado** deixa bem claro a contratação de mais duas quedas de 0,5 ponto percentual", afirma Ricardo Jorge, especialista em renda fixa e sócio da Quantzed. "Esse **comunicado** elimina essa possibilidade de qualquer queda de 0,75 ponto", acrescenta. "A autoridade monetária manteve o tom de que seguirá seu plano de vôo para as próximas decisões, ou seja, deve continuar reduzindo a taxa básica neste mesmo ritmo", reforça a economista do Banco Ourinvest, Cristiane Quartaroli.

"Podemos atribuir à decisão e **comunicado** do Copom o objetivo de perseverar na busca das metas de **inflação**, com gradual redução da taxa nominal Selic", avalia o consultor econômico da Acrefi, Nicola Tingas. Se para o mercado a decisão do Copom não trouxe surpresas, comércio e da indústria de Minas veem com apreensão o patamar ainda alto da taxa básica de juros.

Em nota, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) considerou a decisão do Copom acertada, mas tímida, "em contraste com o processo

de arrefecimento da **inflação** observado nos últimos meses". "A Fiemg enxerga com preocupação o patamar elevado da taxa de juros, tendo em vista os seus efeitos prejudiciais à economia", afirma a entidade empresarial. Para as indústrias, no contexto atual de queda da **inflação** a economia brasileira está preparada para uma **aceleração** do corte dos juros.

O economista Paulo Casaca, da Associação Comercial de Minas (ACMinas), também considera a decisão do Copom acertada, mas pontua que "a Selic excessivamente elevada tem afetado o desempenho de setores produtivos importantes". Ainda de acordo com ele, comércio e indústria, para terem bom desempenho precisam de investimentos, "que são desestimulados pela elevada taxa de juros". A expectativa dele é de que até o fim do ano a Selic seja reduzida em mais um ponto percentual. "Isso deve ajudar o mercado de crédito a se recuperar e a atividade produtiva a ter um desempenho melhor em 2024", diz Casaca.

ANÁLISE

"MODERAÇÃO NO RITMO"

MARCÍLIO DE MORAES, JORNALISTA E SUBEDITOR DE ECONOMIA

Confirmando as expectativas, o Banco Central cortou a taxa básica de juros em 0,5 ponto percentual. Embora nas condições atuais haja espaço para um corte maior, de 0,75 ponto percentual, os diretores reunidos no Comitê de Política Monetária (Copom) decidiram não surpreender o mercado financeiro, deixando implícito no **comunicado** que devem promover novos cortes dessa magnitude nas reuniões do início de novembro e de meados de dezembro, levando a Selic para o patamar de 11,75% ao ano, no fim de 2023. O patamar será o mesmo de março do ano passado.

Na decisão onde confirma a moderação no ritmo de corte dos juros, o Banco Central ainda mostra preocupação com a resiliência da economia, indicando que mesmo com a atividade econômica perdendo força podem haver pressões de demanda sobre a **inflação**. O mercado, no entanto, não aposta em novas pressões inflacionárias.

Embora tenha atendido às expectativas do mercado financeiro, o Copom frustra as projeções do comércio, dos serviços e das indústrias. Com os juros encarecendo o custo de financiamentos, as vendas do varejo se ressentem de uma dinâmica maior. Nas indústrias, o juro alto eleva o custo do capital para investimentos em modernização e dificulta o giro de estoques nos segmentos que produzem bens e serviços de maior valor. Para consumidores endividados, mesmo com o Desenrola, o alívio será muito pequeno ou nenhum, pois se a renegociação da dívida tiver sido feita com a taxa de juros anterior e tenha significado apenas o reparcelamento, a queda da Selic não muda nada.

O Copom expressa ainda preocupações com a situação fiscal do país, com o mercado projetando que o governo não conseguirá cumprir a promessa de zerar o déficit fiscal em 2024, e com o que considera incertezas no cenário externo, principalmente na persistência da **inflação** nos Estados Unidos, o que levou ontem o Federal Reserve a manter os juros no patamar entre 5,25% e 5,50%. O recado do Copom foi claro: em ambiente de incertezas, vai manter a cautela.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/21/09/2023/p1>

BC corta Selic e alerta para meta fiscal

THAÍS BARCELLOS EDUARDO RODRIGUES BRASÍLIA

Em decisão unânime, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central anunciou ontem nova redução de 0,5 ponto porcentual para a Selic, que caiu de 13,25% para 12,75% ao ano - menor patamar desde maio de 2022.

Apesar de não ter citado a evolução da questão fiscal entre os fatores de risco para a **inflação**, o Copom dedicou um parágrafo no **comunicado** divulgado após sua reunião para destacar a importância de o governo cumprir as metas de resultado primário já estabelecidas, sob o risco de limitar a queda da taxa básica de juros.

Enquanto o mercado tem levantado dúvidas sobre a capacidade de a equipe econômica atingir a meta de déficit primário zero fixada para 2024, o Copom destacou a relação entre esse objetivo e a convergência da **inflação** futura para patamares menores.

"Tendo em conta a importância da execução das metas fiscais já estabelecidas para a ancoragem das expectativas de **inflação** e, conseqüentemente, para a condução da política monetária, o comitê reforça a importância da firme persecução dessas metas", destacou o colegiado.

A manutenção da meta de déficit zero no próximo ano tem enfrentado resistências de parte de integrantes do próprio governo e ainda no Congresso, mas o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem afirmado que ela é importante para indicar o compromisso do governo com o equilíbrio das contas públicas. Para atingir a meta, porém, o governo ainda tenta garantir pelo menos R\$ 168 bilhões em receitas extras.

Ainda no **comunicado**, o colegiado voltou a prever para as próximas reuniões novos cortes na mesma intensidade - ou seja, de 0,50 ponto porcentual.

Na avaliação do Copom, um ritmo de queda de 0,50 ponto continua sendo "apropriado para manter a política monetária contracionista necessária para o processo desinflacionário". No texto, o Copom não dá informações sobre o tamanho total do ciclo de queda dos juros.

REAÇÃO. Entre analistas, ganhou destaque a referência às metas fiscais. "Pode ser lida como o comentário fiscal mais duro perante as dificuldades do

governo em conseguir mais receita", afirmou, por exemplo, o economista da ASA Investments Leonardo Costa. Já a consultoria britânica Capital chamou a atenção para a avaliação de que dificilmente o Copom vai acelerar o ritmo de corte dos juros.

"Tem havido algumas expectativas (parcialmente precificadas nos mercados) de que o Copom possa mudar para cortes maiores do que 50 pontos-base (0,5 ponto porcentual). Não há nada nesta declaração (o **comunicado**) que sugira que isso esteja previsto" escreveu o economista-chefe para mercados emergentes da Capital Economics, William Jackson.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

"A mudança da meta fiscal é um cenário possível"

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

ENTREVISTA: Manoel Pires, Ex-secretário de Política Econômica no Ministério da Fazenda e ex-chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento

Coordenador do Observatório Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas, o economista Manoel Pires diz que o cenário para as contas públicas não é como o filme *Minority Report*, do ator norte-americano Tom Cruise, em que o protagonista tem de ficar adivinhando os crimes do futuro. Em entrevista ao Estadão, o especialista da área fiscal avalia que uma mudança na meta de zerar o déficit das contas do governo no primeiro ano do novo arcabouço fiscal pode trazer risco à reputação do governo Lula, mas a possibilidade existe. "Esse é um cenário possível diante de eventuais circunstâncias de não aprovação das medidas e aprovação de medidas que geram despesas por parte do Congresso", disse.

A seguir, os principais trechos da entrevista, que dá continuidade à série iniciada no domingo sobre os desafios das contas públicas.

O sr. acredita que o governo vai cumprir a meta de zerar o déficit das contas públicas no ano que vem?

Tenho evitado tratar esse tema como algo binário entre cumprir e não cumprir a meta fiscal.

Esse debate já está na rua de certa forma, mas não dá para avaliar finanças públicas só por conta disso. É importante e não quero diminuir. Temos que tratar desse tema, mas existem outras questões que precisam ser consideradas.

O próprio Banco Central não está vendo esse ponto de cumprimento da meta de forma binária, mas de sinalização para o futuro...

Estamos falando de um contexto em que a regra fiscal mudou.

Temos um Orçamento elaborado pela primeira vez com a nova regra - e isso tem de ser acomodado.

O governo está apresentando uma série de medidas para melhorar a situação e tem a discussão do mérito delas. Tudo isso faz parte do combo. Tenho falado que

evito fazer *Minority Report* (filme de 2002), em que Tom Cruise tem que ficar adivinhando crimes do futuro. Não posso fazer uma discussão de política fiscal baseada em quando o Haddad vai mudar a meta fiscal ou não. É uma discussão importante, mas tem um monte de outras coisas para serem consideradas.

Como avalia o desafio de zerar o déficit em 2024 à luz de um planejamento estratégico fiscal de médio e longo prazos?

O governo encaminhou o projeto de Orçamento prevendo um balanço equilibrado. No final das contas, o papel da equipe econômica é criar condições para solvência da dívida pública, melhorando o resultado fiscal. Mas, ao mesmo tempo, entregar um Orçamento exequível dentro das prioridades de políticas do governo. O sucesso da equipe econômica depende muito de conciliar esses dois elementos fundamentais da política fiscal.

E do ponto de vista da meta fiscal?

Tem que considerar se as medidas que o governo está apresentando do ponto de vista fiscal são razoáveis dentro do contexto da economia. Nesse aspecto, o governo apresentou várias medidas que vão na linha de reduzir distorções. São medidas que, a meu ver, têm pouco impacto negativo sobre atividade econômica, apesar de fazer uma política fiscal contracionista do ponto de vista da tributação.

Obviamente, que o alcance da meta fiscal depende muito do sucesso dessas medidas que estão sendo implementadas.

Mesmo com as medidas aprovadas, a dívida pública segue em alta.

Esse ponto é muito ruim para a economia e confiança na política fiscal. Nas minhas contas, o governo está chegando próximo de 1% do PIB de superávit primário. Ficaremos próximos da zona de sustentabilidade.

Quando?

O resultado que equilibra a dívida é em torno de 1% (do PIB). O que vejo é um esforço para chegar a isso. Temos umas projeções no Ibre mostrando que a

arrecadação de commodities cresce muito a partir de 2026, quando o ciclo de commodities, principalmente de petróleo, atinge o seu ápice. A receita governamental vai aumentar muito.

Vamos chegar ao nível de arrecadação que o Paulo Guedes teve no ano passado, só que aquilo foi aumento de preço.

O sr. avalia que, mais cedo ou mais tarde, a meta será alterada?

Esse é um cenário possível diante de eventuais circunstâncias de não aprovação das medidas e aprovação de medidas que geram despesas por parte do Congresso. Algumas a gente está vendo, aumento de FPM (Fundo de Participação dos Municípios) para os municípios, desoneração da folha de pagamento, PEC dos ex-territórios...

São temas que precisam ser tratados para não incorrer nesse tipo de situação.

Se as medidas arrecadatórias não se materializarem, de fato tem uma probabilidade de mudança de meta. Isso tem custo, mas acho que a perspectiva mais correta é trabalhar dentro do arcabouço com um cenário de melhora gradual do resultado fiscal nos próximos anos.

"Tenho falado que evito fazer Minority Report (filme de 2002). Não posso fazer uma discussão de política fiscal baseada em quando o Haddad vai mudar a meta fiscal ou não"

"Nas minhas contas, o governo está chegando próximo de 1% do **PIB** de superávit primário"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>